



Departamento de Sociologia

**Para a Inclusão na Sociedade da Informação: estudo das condições
sociais que favorecem a utilização da internet**

Carla Cristina Amaral Afonso

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:

**Doutor Gustavo Leitão Cardoso, Professor Catedrático,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Coorientadora:

**Doutora Helena Carvalho, Professora Auxiliar (com Agregação),
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Outubro, 2015

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho encontrou um percurso longo, sinuoso, interrompido, sofrido até. Mas encontrou também um indispensável apoio. E por isso, quero deixar aqui eternizado um reconhecimento a todos aqueles, que à sua maneira, me foram apoiando e motivando ao longo deste percurso.

Devo, em primeiro lugar, um especial agradecimento aos meus orientadores por não deixarem de acreditar em mim.

Agradeço ao Professor Gustavo Cardoso, pela orientação, pelo incentivo e pelos conselhos na estruturação do trabalho.

À Professora Helena Carvalho, pelo interesse e motivação constantes, pelo valioso apoio na análise e interpretação dos dados empíricos, e pelo rigor e empenho com que me distinguiu.

Ao Instituto Nacional de Estatística, pela disponibilização das bases de dados que me permitiram desenvolver a análise empírica.

Às minhas colegas de trabalho, pelo incentivo e motivação continuados.

À Anabela, à Daniela e à Susana, pelo estímulo e pelo precioso e voluntário contributo na revisão ortográfica.

Aos meus amigos e à minha família, pelo apoio e pela compreensão nas ausências.

À minha sogra e ao meu sogro, pela inestimável ajuda, proporcionando-me a disponibilidade necessária para desenvolver este trabalho.

Ao meu companheiro de vida, pela solidariedade, pelas palavras de conforto, pelos conselhos e por suportar, mais que ninguém, as minhas angústias.

Sem o vosso apoio, este teria sido um percurso ainda mais difícil.

A todos, o meu sentido e sincero agradecimento.

RESUMO

Na sociedade contemporânea assistimos a uma crescente difusão da internet nos mais variados domínios de atividade humana. As implicações desta tecnologia para a comunicação – a essência de toda a atividade humana – contribuíram para uma reestruturação da organização social, processo que tem sido caracterizado pelas expressões “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento” por nele ser visível a influência e a importância, tanto das tecnologias da informação e da comunicação, como do conhecimento teórico.

Centrando-se num dos principais “motores de mudança” desta reestruturação – a internet – o presente trabalho pretendeu contribuir para o conhecimento do modo como a “sociedade da informação” está a ser incorporada em Portugal.

A revisão da literatura sobre os impactos sociais da internet demonstrou que a expansão desta tecnologia está dependente das condições sociais existentes em cada sociedade, sendo importantes os recursos económicos que permitem ter acesso à tecnologia, mas principalmente as competências cognitivas que permitem utilizá-la e tirar partido do seu potencial para benefício próprio.

Baseando-se num modelo tripartido, a análise possibilitou aferir que a posição social dos indivíduos é um determinante, tanto para a utilização da internet, como para a sua integração na vida quotidiana, e que a adoção de estratégias de educação ou formação ao longo da vida, apesar de favorecer o contacto com aquela tecnologia, contribui para reforçar a influência da posição social na utilização da internet.

Concluiu-se que a inclusão na sociedade da informação é influenciada por desigualdades de recursos socioeconómicos, por uma clivagem geracional, pela residência em locais de diferente densidade populacional, e pelos desiguais acessos a contextos de sociabilidade, que proporcionam oportunidades de contacto e de utilização mais intensa da internet.

Palavras-chave: Sociedade da informação; Internet; Desigualdades sociais; Fosso digital, Competências.

ABSTRACT

In contemporary society we are witnessing a rising diffusion of the internet in different domains of human activity. The implications of this technology for communication – the essence of all human activities – have contributed to a restructuring of social organization, a process that has been characterized by expressions as "information society" or "knowledge society" due to the influence and importance, both of information and communication technologies and of theoretical knowledge in that process.

Focusing on one of the main “drivers of change” in this restructuration process – the internet – the present work aimed to contribute to the understanding of the way as "information society" is being incorporated in Portugal.

A literature review on the social impacts of the internet have demonstrated that the expansion of this technology is dependent on the existing social conditions in each society, being important the economic resources that allows achieving the access to technology, but above all the cognitive skills that allows using it and take advantage of its potential for own benefit.

Based on a tripartite model, the analysis enabled to assess that the individual’s social position is determinant for both the use of the internet and for its integration in everyday life, and that the adoption of lifelong education and training strategies, although favoring the contact with this technology, contributes to reinforce the influence of social position on the internet use.

It was concluded that the information society inclusion is influenced by unequal socioeconomic resources, by a generational divide, by the residence in places with different population density, and by the unequal access to sociability contexts that provide opportunities for contact and for a more intense use of the internet.

Keywords: Information society; Internet; Social inequalities; Digital divide; Skills.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico da Inclusão na Sociedade da Informação.....	3
1.1. A internet na rota para uma sociedade da informação	3
1.2. Sociedade da Informação: contribuições teóricas para compreender a sociedade atual	4
1.3. Nova Sociedade, Velhos Problemas: perspetivas sobre as desigualdades sociais na sociedade da informação e do conhecimento	9
1.4. Internet: um novo domínio de desigualdades?.....	12
1.5. Fosso ou Inclusão Digital: a importância das qualificações escolares na apropriação da internet.....	16
Capítulo II – Inclusão na Sociedade da Informação: um modelo analítico	19
2.1. Portugal e a Sociedade da Informação: breve enquadramento	19
2.2. Problemática e modelo de análise da inclusão na sociedade da informação.....	21
2.2.1. Definição das hipóteses de estudo.....	23
Capítulo III – Abordagem Metodológica.....	25
3.1. Caracterização das bases de dados.....	25
3.2. Percorso metodológico	26
3.3. Operacionalização de conceitos e apresentação das variáveis em estudo.....	28
Capítulo IV – Para a Inclusão na Sociedade da Informação: análise de resultados	33
4.1. Introdução.....	33
4.2. Posicionamento face à Internet: identificação das condições sociais que favorecem o contacto com a tecnologia	34
4.3. Utilização da internet, posição social e o papel mediador da adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida	38
4.4. Apropriação da internet na vida quotidiana	43
Conclusão – A Centralidade das Qualificações e dos Contextos de Sociabilidade para a Inclusão na Sociedade da Informação	47
Bibliografia	51
Fontes	54
Anexos	55

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 – Determinantes da inclusão na sociedade da informação	36
Quadro 4.2 – Efeito de mediação da participação em atividades de educação ou formação	40
Quadro 4.3 – Intensidade de utilização da internet	43
Quadro 4.4 – Associação entre o perfil social dos utilizadores da internet e a intensidade de utilização da internet.....	44

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Modelo de análise global da inclusão na sociedade da informação.....	22
Figura 2.2 – Modelo de mediação da participação em atividades de educação ou formação na relação entre a posição social e a inclusão na sociedade da informação (IEFA)	22
Figura 2.3 – Modelo de análise da inclusão na sociedade da informação (IUTICF)	23
Figura 2.4 – Modelo de análise da intensidade de utilização da internet (IUTICF)	23
Figura 3.1 – Disposição das categorias de composição do índice de recursos socioeconómicos de origem	30
Figura 3.2 – Disposição das categorias de composição do índice de recursos socioeconómicos do próprio.....	32
Figura 4.1 – Modelo de análise da inclusão na sociedade da informação (IUTICF)	34
Figura 4.2 – Modelo de mediação da participação em atividades de educação ou formação na relação entre a posição social e a inclusão na sociedade da informação (IEFA)	39
Figura 4.3 – Representação do efeito de mediação da participação em atividades de educação ou formação	41
Figura 4.4 – Modelo de análise da intensidade de utilização da internet (IUTICF).....	43

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACM.....	Análise de Correspondências Múltiplas
ACM (tipologia).....	Indicador socioprofissional de lugares de classe construído por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
CE.....	Comunidade Europeia
CPP 2010.....	Classificação Portuguesa de Profissões, versão 2010
EUA.....	Estados Unidos da América
Eurostat.....	Serviço de Estatística da União Europeia
FCT.....	Fundação da Ciência e Tecnologia, I.P.
IBM SPSS	International Business Machines Corporation / Statistical Package for Social Sciences
ICT	Information and Communication Technologies
IEFA.....	Inquérito à Educação e Formação de Adultos
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
IUTICF.....	Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias
GPEARI-MCTES....	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior
NTIA	National Telecommunications and Information Administration Agency – United States Department of Commerce
NUTS II (2002).....	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, nível 3, versão 2002
OCDE.....	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UE.....	União Europeia
UE-28	União Europeia a 28 países
WWW.....	World Wide Web

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para o estudo das desigualdades sociais em Portugal, analisando a forma como estas se manifestam no domínio do acesso à internet e aferindo sobre as condições sociais que influenciam a inclusão na *sociedade da informação*. A motivação para a escolha deste tema decorreu do interesse em aprofundar a análise dos dados com que trabalho a nível profissional e em relacionar duas vertentes fundamentais para a atual sociedade – a informação e o conhecimento – averiguando a forma como a adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida pode mediar a relação entre a posição dos indivíduos na sociedade e a utilização da internet.

No mundo contemporâneo, as tecnologias da informação e da comunicação, e em especial a internet, estão a adquirir cada vez mais importância para as pessoas, empresas e instituições, criando novas formas de acesso à informação, de comunicação, de interação com os governos, de aprendizagem, de gestão de negócios. Em suma, estas tecnologias estão a redefinir a forma como as sociedades se organizam. Por ser uma tecnologia de alcance global que permite o acesso à informação, bem como a comunicação entre pontos distantes do mundo, a internet está a permitir que todos, mesmo não se deslocando fisicamente, participem na sociedade civil global.

A rápida expansão da internet, a sua crescente centralidade para as diferentes esferas da sociedade, e o facto de potenciar o acesso universal à informação e ao conhecimento, têm levado à generalização da ideia de que estamos a viver num novo tipo de sociedade, frequentemente apelidado de “sociedade da informação” (Lyon, 1992).

Contudo, nem todas as sociedades estão a incorporar a internet ao mesmo ritmo, nem a aproveitar as suas potencialidades do mesmo modo. A expansão da internet está a desenvolver-se de uma forma muito desigual pelo mundo, contribuindo para reforçar as assimetrias geográficas e as desigualdades sociais existentes. A desigual distribuição que se verifica no domínio da internet é fruto do contexto histórico e cultural e, assim sendo, os contornos e as características que a sociedade da informação assume são muito diferentes de sociedade para sociedade (Warschauer, 2003; Castells, 2004a; Chen e Wellman, 2005).

O trabalho que aqui se apresenta pretende contribuir para o conhecimento do posicionamento de Portugal no contexto da sociedade da informação e para avaliar em que medida essa posição se encontra dependente das desigualdades sociais existentes na sociedade portuguesa. Para tal, recorreu-se à análise da utilização da internet, uma das práticas que caracterizam a sociedade da informação.

Centrando-se no uso e apropriação da internet pela população portuguesa, o trabalho procura perceber como está a ser feita a expansão desta tecnologia na sociedade, identificando os fatores que potenciam a utilização da internet e que permitem aferir sobre a existência de desigualdades neste domínio e lançar pistas sobre o perfil social dos utilizadores desta tecnologia.

Para concretizar este objetivo, a análise empírica recorreu a bases de dados que derivam de dois inquéritos amostrais à população portuguesa: o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e

da Comunicação pelas Famílias (IUTICF) e o Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA). Ambos são da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) e constituem instrumentos de observação regular da sociedade da informação e do conhecimento, visando monitorizar políticas públicas e desenvolvimentos nos domínios da tecnologia e da educação.

A utilização complementar destas duas bases de dados permitiu traçar um modelo de análise global que aproveita o contributo particular de cada uma delas. Este modelo global, que se subdivide em três modelos complementares, permite verificar a influência que a posição ocupada pelos indivíduos na sociedade – medida pelas características sociodemográficas, pela posição socioeconómica e pela origem social (os recursos socioeconómicos dos progenitores) – exerce no posicionamento em que aqueles se encontram face ao uso da internet.

O modelo possibilita também que a relação entre a posição social e o uso da internet seja avaliada recorrendo a duas análises distintas: uma centrada na abordagem de *fosso digital* que distingue quem já usou internet e quem nunca usou (possível com ambas as bases), e outra na perspetiva de *integração digital* que se foca na intensidade da utilização da internet e avalia a forma como os utilizadores da tecnologia a incorporam na sua vida quotidiana (apenas possível com o IUTICF).

Considerando a importância das qualificações escolares para utilizar as tecnologias da informação e da comunicação e poder beneficiar do potencial informativo da internet, transformá-lo em conhecimento e participar na sociedade (Warschauer, 2003), o recurso à base de dados do IEFA permitirá ainda identificar o efeito que o investimento na aquisição de competências, possibilitada pela adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, exerce como fator mediador na relação entre a posição social e o uso da internet (apenas ao nível da dicotomia usa *versus* não usa).

Em suma, este trabalho procurou averiguar se a inclusão na sociedade da informação é um reflexo do contexto familiar, económico, social e cultural em que os indivíduos se inserem, e se a adoção ou não de estratégias de aprendizagem ao longo da vida contribui para atenuar, ou pelo contrário reforçar, o efeito desse contexto.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro é dedicado à exploração teórica do conceito de “sociedade da informação” e da sua relação com as desigualdades sociais. Analisam-se em particular as desigualdades de difusão da internet e as condições sociais que afetam esta difusão. Nos dois capítulos seguintes expõem-se a problemática, os submodelos que irão orientar a análise de dados, bem como a metodologia utilizada para os aplicar e desenvolver a análise. No último capítulo apresentam-se os resultados empíricos obtidos, identificando as condições sociais associadas à utilização da internet. Na conclusão relacionam-se aqueles resultados com a reflexão teórica efetuada, apontando-se ainda pistas de investigação para o futuro.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

1.1. A internet na rota para uma sociedade da informação

A internet tem sido frequentemente apontada como chave na construção e desenvolvimento de um novo modelo de organização social de base informacional. Por um lado, por ser uma tecnologia de comunicação com alcance global, permite desenvolver uma nova organização das relações sociais em torno de redes globais e, por outro lado, por ser também uma forma de armazenamento e transmissão de grandes quantidades de informação, facilita o acesso a um recurso considerado como fundamental para alcançar a principal fonte de produtividade atual: o conhecimento. Como Castells a define,

A internet é, simplesmente, uma rede de redes de computadores interligados por uma linguagem informática comum que permite comunicar, em tempo real ou diferido, a partir de qualquer ponto do planeta para qualquer outro (...) e aceder a qualquer tipo de informação que esteja digitalizada (...), sem maior custo de telecomunicações que o de uma chamada local (...) (Castells, 2005: 20); (...) é muito mais que uma tecnologia. É um meio de comunicação, de interação e de organização social. (Castells, 2004a: 221).

Com a internet, a comunicação é confrontada com várias transformações, que contribuíram para que a internet fosse simultaneamente considerada como um novo *media* e como a quarta revolução na comunicação¹. A comunicação torna-se menos dependente do espaço e do tempo, possibilitando o contacto entre pontos distantes do globo e de forma instantânea. Desenvolvem-se várias novas formas de comunicação que possibilitam simultaneamente a comunicação interpessoal e de massas (Cardoso, 2003), protagonizando uma alteração no modo de comunicação centrado na difusão (poucos emissores e muitos recetores) para um mais bidirecional e interativo (Poster, 2000), onde os recetores (utilizadores da internet) podem ser simultaneamente produtores de informação e disponibilizá-la a um conjunto indeterminável de recetores (Slevin, 2002). A internet contribuiu, assim, para acelerar e democratizar o conhecimento, possibilitando que qualquer acontecimento ou descoberta sejam divulgados em todo o mundo num curto espaço de tempo (Warschauer, 2003).

A internet é fruto de várias inovações humanas com o objetivo de preservar e transmitir informação aos outros, que resultaram numa convergência tecnológica entre a microeletrónica, a informática e as telecomunicações, a qual se convencionou designar por TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação (Lyon, 1992; Feather, 1994). Os desenvolvimentos tecnológicos que deram origem à internet como a conhecemos nos dias de hoje são marcados por dois processos principais: a criação da ARPANET no final dos anos 60 – uma rede de computadores desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos EUA – e o desenvolvimento, nos anos 90, de uma aplicação que permite partilhar a informação que se encontra na rede – a *World Wide Web* (WWW). A partir desta altura a tecnologia de criação de redes foi passada para o domínio privado, tendo sido criadas redes de

¹ Sobre a evolução da comunicação, consultar Feather (1994) e Warschauer (2003); e sobre a internet como novo *media*, consultar Cardoso (2003).

acesso à internet para finalidades comerciais. Com a divulgação de um novo *software* de navegação (*browser*) em 1995, a utilização da internet tornou-se mais fácil, possibilitando a utilização pela sociedade em geral e criando condições para a sua expansão pelo mundo (Castells, 2004b)².

1.2. Sociedade da Informação: contribuições teóricas para compreender a sociedade atual

Os desenvolvimentos tecnológicos que sustentaram a criação e a expansão da internet desencadearam debates e reflexões teóricas acerca do seu impacto para a sociedade, começando a formar-se a ideia de que estaríamos a caminhar para um novo tipo de sociedade: a *sociedade da informação*. Esta imagem foi ganhando uma ampla aceitação social, estando presente nos discursos, debates e medidas políticas, nos discursos de comentadores sociais e na própria comunicação social, o que permitiu a sua larga difusão pela população (Lyon, 1992).

No domínio da teoria social, o conceito de sociedade da informação generalizou-se para dar conta da intensificação da inovação (organizacional e tecnológica) e dos impactos que as tecnologias da informação e da comunicação têm na sociedade (Costa, Machado e Almeida, 2007). Contudo, na análise que Frank Webster (2006) desenvolve, este autor defende que na base deste conceito está a percepção de que a informação adquire um papel central e distintivo na organização da sociedade. Segundo o autor, esta é a linha condutora que liga conceções teóricas muito diferenciadas: umas defendendo uma rutura com o modelo de sociedade anterior (que Webster designa por teóricos da sociedade da informação); outras encarando as alterações ao nível do papel da informação como resultado de uma evolução das relações sociais existentes (pensadores da informatização). Entre elas, a configuração que a informação assume, os fatores usados para demonstrar a sua importância e o modo como está a afetar a sociedade, são aspetos onde existe pouca convergência. Neste sentido, imagens de uma “sociedade de informação” têm sido proporcionadas por vários autores que usam expressões muito diferentes para caracterizar a sociedade: sociedade pós-industrial, sociedade em rede, globalização, modernidade reflexiva, sociedade pós-fordista, pós-modernidade ou mesmo sociedade do conhecimento³.

A teoria de pós-industrialismo de Daniel Bell (1973), concebida e publicada antes de se ter instaurado o debate sobre o impacto das tecnologias da informação e da comunicação na sociedade, tem sido reconhecida como a origem da problemática da sociedade da informação⁴, na medida em que relata uma maior difusão e significância da informação (Webster, 2006), mas simultaneamente nela se

² Sobre a história da internet consultar Castells (2002), Slevin (2002), Cardoso (2003) e Witte e Mannon (2010); e sobre o processo de convergência tecnológica consultar Lyon (1992) e Feather (1994).

³ Apesar das variadas expressões usadas, por diferentes autores, na compreensão dos processos de mudança estrutural da sociedade contemporânea, a escolha de “sociedade da informação” para a estruturação deste trabalho deve-se ao facto desta expressão estar habitualmente associada ao processo de incorporação das TIC e da internet na sociedade, temática sobre a qual versa este trabalho.

⁴ Nomeadamente em Lyon (1992), Castells (2002), Ávila (2005) e Webster (2006).

pode descobrir a problemática associada à sociedade do conhecimento (Costa, Machado e Almeida, 2007), ao revelar a importância do conhecimento especializado na organização social.

No pensamento de Bell, onde está presente uma tipologia tripartida de sociedades⁵, a evolução da estrutura ocupacional e do tipo de trabalho, na sociedade norte americana no século XX, prospectavam a transição para uma sociedade pós-industrial, caracterizada por uma maior concentração da força de trabalho no sector dos serviços e pela importância dos serviços mais exigentes em qualificações escolares e profissionais, como a saúde e a educação. Nesta sociedade de serviços, a informação tem uma importância central, uma vez que os principais meios de trabalho são as pessoas e a matéria-prima essencial é a informação. Segundo defende, “What is clear is that if an industrial society is defined as a goods-producing society – if manufacture is central in shaping the character of its labor force – then the United States is no longer an industrial society.” (Bell, 1973: 91).

Outros autores mais recentes também recorrem às transformações na economia para explicar a emergência de uma “sociedade da informação”. São disso exemplo as abordagens de *sociedade do conhecimento* de Nico Stehr (1994), de *informacionalismo* de Manuel Castells (2002) e de *pós-fordismo* defendido pelos autores da Escola da Regulação⁶ (*apud* Webster, 2006). Segundo estes autores, a transformação da economia ocorre, não porque se assista a uma perda de importância da indústria a favor dos serviços, mas por via da alteração do principal fator de produtividade em torno do qual se organiza o processo produtivo, que deixa de se centrar na introdução de novas fontes de energia e passa a ser a incorporação de informação e conhecimento. Como nos diz Castells,

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade encontra-se na tecnologia de produção de conhecimentos, de processamento de informação e de comunicação de símbolos. (...) Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a acção do conhecimento sobre o próprio conhecimento como fonte principal de produtividade. (Castells, 2002: 20).

A origem desta reestruturação da organização capitalista (informacionalismo ou pós-fordismo) é atribuída fundamentalmente a dois processos coincidentes e interligados: a crise do capitalismo nos anos 70 (desencadeada pelo novo clima de competitividade global) e a aplicação das tecnologias da informação e da comunicação na economia, que permitiram coordenar atividades das multinacionais e dos serviços de suporte também globalizados. Estes processos contribuíram, de acordo com os autores da Escola da Regulação (*apud* Webster, 2006), para formar uma “infraestrutura informacional” que resultou no crescimento de fluxos de informação à escala global.

⁵ A tipologia de sociedades de Bell (pré-industrial, industrial e pós-industrial) está dependente das transferências da força de trabalho entre sectores que ocorrem pela produtividade obtida com a introdução de inovações tecnológicas (Bell *apud* Webster, 2006). Encontram-se aqui afinidades com o pensamento evolucionista de Alvin Toffler (1980, *apud* Lyon, 1992), segundo o qual as sociedades são moldadas pela inovação tecnológica, identificando-se três momentos revolucionários: a vaga agrícola, industrial e informacional.

⁶ Webster (2006) identifica Alain Lipietz, Michel Aglietta e Robert Boyer como os principais autores desta Escola da Regulação.

As tecnologias da informação e da comunicação adquirem um papel central na reestruturação da economia, possibilitando a difusão da informação e do conhecimento, condições que propiciam que a economia e a produção se tornem flexíveis e menos dependentes de restrições de espaço e tempo, adaptando-se rapidamente às necessidades e preferências de um mercado global e diferenciado. É a incorporação de informação e conhecimento nos produtos que leva Robert Reich (*apud Webster, 2006*) a caracterizar o novo regime como uma mudança para a “produção de valor acrescentado”.

Stehr e Castells sustentam, tal como Bell defendia, que as alterações verificadas na economia têm repercussões no emprego. Embora apresentem argumentos diferentes para justificar a crescente introdução de informação e conhecimento na economia, defendem que com esta alteração se assiste a uma diminuição do trabalho manual, rotineiro e pouco qualificado, e a uma procura crescente de trabalho intelectual, com consequências nas competências necessárias, que deixam de se centrar na experiência e passam a estar muito associadas ao conhecimento e aprendizagem. Esta rutura no tipo de trabalho valorizado leva, segundo Michael Piore e Charles Sabel (*apud Webster, 2006*), à emergência de uma “especialização flexível” (uma vez que o trabalho implica cada vez mais flexibilidade e adaptabilidade dos trabalhadores a novas situações), e segundo Robert Reich (*apud Webster, 2006*), ao crescimento da importância de “analistas simbólicos”, categoria profissional cujo trabalho se centra na manipulação de símbolos e se caracteriza pela capacidade de adaptação a novas situações, pela aprendizagem constante, por uma orientação para o projeto em detrimento da carreira, e cuja organização do trabalho não obedece a uma hierarquia vertical, mas se desenvolve numa rede global de relacionamentos com outros profissionais.

Segundo Bell, não é só o tipo de trabalho que se altera, mas a própria estrutura social. A crescente procura e atribuição de importância às qualificações leva a que o conhecimento teórico se torne no princípio organizador de toda a vida social e num recurso essencial para a sociedade pós-industrial, determinando o acesso ao poder e alterando os anteriores princípios de estratificação social baseados na posse de fatores de produção (Bell *apud Webster, 2006*).

Castells argumenta também que as transformações ocorridas não se limitam à esfera económica. O autor utiliza os desenvolvimentos tecnológicos – a “revolução da tecnologia da informação” – como ponto de partida para defender que a sociedade em que vivemos se encontra numa nova Era, a Era da informação. As tecnologias da informação tornam-se num novo paradigma tecnológico pela sua capacidade de penetrar e moldar todos os domínios da sociedade (Castells, 2002), promovendo a reestruturação socioeconómica e a emergência de um novo sistema económico global, flexível e interdependente, uma nova cultura e uma nova organização social dominante que penetra todas as esferas da atividade humana, alterando as relações de produção, de poder e de experiência interpessoal (Castells, 2000). A esta nova organização social o autor designa por sociedade em rede,

(...) uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (Castells, 2006: 20).

Com a adoção desta terminologia, em detrimento de sociedade da informação ou de sociedade do conhecimento, Castells pretende demonstrar que a característica distintiva da nova sociedade não se centra no papel que a informação ocupa (porque esta sempre foi importante em todas as sociedades), mas nas novas capacidades que as tecnologias de informação e comunicação, e em especial a internet, forneceram a uma velha forma de organização social, tradicionalmente circunscrita à esfera privada: as redes de relacionamentos (Castells, 2006). A tecnologia transforma a configuração social do tempo e do espaço (as bases materiais das relações sociais) num tempo atemporal e num espaço de fluxos, ligando pessoas e territórios independentemente da proximidade física, mas em função da sua inclusão nas redes (Castells, 2000).

A internet é, assim, simultaneamente o símbolo e o instrumento tecnológico que sustenta a sociedade em rede, sendo apropriada pelos atores da sociedade para formar as suas redes de interação. Encontramos aqui afinidades com o pensamento de Yoneji Masuda (1990), para quem as tecnologias da informação e da comunicação, à semelhança do que foi o motor a vapor e a fábrica para a sociedade industrial, seriam o símbolo da nova sociedade, determinando a composição e características económicas, sociais e políticas da sociedade da informação, sumariamente centradas na produção de bens informacionais, numa estrutura social horizontal e numa democracia participativa.

Evocando as metáforas de redes e fluxos usadas por Castells, John Urry (2000) defende a emergência de uma nova ordem global que está a transformar a sociedade entendida enquanto Estado-Nação, entidade que define os limites territoriais e de cidadania, as relações sociais e a posição social e oportunidades dos seus membros. Para o autor, esta nova ordem tem de ser analisada em termos de “mobilidade”.

Para Urry, as redes são cenários⁷, nós de redes sociais e materiais interligados, por onde as novas tecnologias transportam fluxos de pessoas, objetos, informação, dinheiro, imagens e riscos para além dos limites regionais das sociedades e de forma instantânea, reconfigurando o espaço e o tempo, e tornando a vida social fluída e permeável. As tecnologias de comunicação estão, assim, a transformar a sociedade numa “entidade híbrida”, onde não é possível analisar separadamente o ambiente social e material, e onde a complexidade das relações entre o social e o material que se gera não pode ser entendida com base numa estrutura social vertical, mas à luz de uma estrutura em rede com fluxos horizontais e móveis, sem destino ou propósito específico, e que criam consequências globais imprevisíveis.

A imagem de sociedade em rede proporcionada por Castells é para Giddens uma consequência da modernidade⁸, argumentando que estamos a viver, não numa nova Era de desenvolvimento, mas numa época de modernidade radicalizada, a qual designa por modernidade reflexiva. Na sua origem

⁷ “Scapes”, nas palavras de John Urry (2000).

⁸ De acordo com Giddens (1992) a modernidade é um modo de vida e de organização social caracterizada por descontinuidades face às ordens sociais tradicionais, que emergiu na Europa do século XVII com as transformações institucionais que deram origem ao Estado-Nação e ao capitalismo industrial.

está um novo período de globalização proporcionado pela comunicação eletrônica instantânea e global: “(...) a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância, e vice-versa.” (Giddens, 1992: 50).

Ao promover a separação entre espaço e tempo, a descontextualização das relações sociais e a interdependência entre o local e o global, este novo período de globalização acarreta outras mudanças sociais profundas e interrelacionadas: a emergência de uma ordem social pós-tradicional de carácter global e a expansão da reflexividade social. Face à maior difusão de “sistemas abstratos” (tecnologia e conhecimento produzido por especialistas) e à consciência de que existem várias formas de fazer, a tradição (no modo de fazer e pensar) é frequentemente substituída pelo conhecimento especializado na tomada de decisão nas atividades quotidianas (Giddens, 1997).

Para Giddens a chave para analisar as transformações na sociedade não são as tecnologias da informação e da comunicação, nem a própria informação, mas a expansão da reflexividade social que estas desencadeiam, ou seja, a aplicação reflexiva do conhecimento às práticas sociais, que permite a sua análise e constante reformulação, contribuindo para a reestruturação da vida quotidiana.

Para analisar a sociedade, Mark Poster (1990) propõe uma nova direção que assenta, não na atividade económica, mas na dimensão linguística da cultura enquanto “terreno” onde se desenvolvem as relações sociais. A sua teoria baseia-se no que designa por *modo de informação*, conceito composto por três estádios não sucessivos que coexistem no presente e que representam variações na estrutura de trocas simbólicas: trocas oralmente mediadas, mediadas pela imprensa e mediadas por meios eletrónicos. Em cada estádio, os meios usados para comunicar e transmitir informação interferem profundamente na linguagem, ou seja, na forma como os indivíduos transformam os símbolos em significados e, conseqüentemente, as condições básicas da vida social são reconfiguradas: a estrutura das relações sociais e a identidade cultural ou posição dos indivíduos nessas relações.

Segundo Poster, porque as identidades dos sujeitos são constituídas através da mediação da comunicação (pela linguagem), as formas de comunicação da Era do modo de informação⁹, ao reduzirem os constrangimentos de tempo e de espaço na relação de comunicação, e em especial a comunicação possibilitada pela segunda Era dos *media* (pela internet), ao alterar o modo de comunicação baseado na difusão para um modo bidirecional, configuram uma “nova experiência linguística”. A multiplicidade de imagens sobre a realidade e sobre os sujeitos que os símbolos transmitem alteram o posicionamento do indivíduo na sociedade, e a identidade cultural estável e fixa do sujeito racional e autónomo, característica do segundo estádio, é substituída por uma identidade instável, múltipla e continuamente reconfigurada (Poster, 2000).

⁹ Poster centra a sua atenção na comunicação eletronicamente mediada (o culminar dos desenvolvimentos anteriores), de tal modo que frequentemente associa o conceito de modo de informação apenas a este estádio.

O autor defende de forma semelhante a Baudrillard (*apud* Webster, 2006) o surgimento de uma cultura pós-moderna, em consequência do crescimento das formas de comunicação social, e que se caracteriza distintivamente das épocas anteriores pelo aumento da difusão de informação, ou seja, de símbolos socialmente construídos (textos, imagens, sons). Símbolos que não têm poder representativo porque a realidade que transmitem é múltipla, constituindo-se como simulações informacionais que não representam mais do que eles mesmos (Poster, 2000).

De acordo com Jean-François Lyotard (*apud* Webster, 2006) assiste-se à emergência de uma condição pós-moderna em consequência das transformações profundas ocorridas na informação e no conhecimento – cada vez mais tratados como uma mercadoria a ser comercializada e produzidos em função da sua utilidade e eficiência¹⁰. Nestas condições, o conhecimento passa a ser relativizado, rompendo com os princípios de verdade absoluta característicos da modernidade.

O impacto na cultura é ainda sublinhado por Slevin (2002), ao defender a conceptualização da internet como uma modalidade de transmissão cultural, na medida em que “(...) a utilização da Internet está a criar novas formas de acção e interacção e a reordenar a maneira como os indivíduos interpretam e reagem ao mundo social.” (Slevin, 2002: 101).

1.3. Nova Sociedade, Velhos Problemas: perspectivas sobre as desigualdades sociais na sociedade da informação e do conhecimento

As visões sobre a sociedade contemporânea apresentadas no subcapítulo anterior apontam com frequência para processos de reorganização social essencialmente motivados pela aplicação das novas tecnologias na economia, que originam uma proliferação de símbolos e de fluxos de informação, comunicação instantânea entre pontos distantes do globo, mais ocupações e trabalho de cariz intelectual e, conseqüentemente, exigindo o aumento das qualificações escolares da população. Alguns autores defendem mesmo a emergência de um novo modelo de sociedade que rompe com o anterior. Significa isto que os pressupostos das teorias sociais clássicas, desenvolvidas para compreender as dinâmicas da sociedade na época de expansão do capitalismo e da industrialização, como as de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, e em concreto as considerações sobre as classes e estratificação sociais, foram ultrapassadas? Que implicações apresenta a sociedade da informação e do conhecimento para a estrutura social e para o mecanismo de desigualdades sociais?

A maioria dos autores que refletem sobre a sociedade da informação defende que as transformações ocorridas na sociedade não anulam as desigualdades sociais, mas ainda assim entende que o sistema de estratificação na sociedade da informação não pode ser analisado com base num sistema hierárquico de classes. Os argumentos para defender esta posição estão relacionados com as transformações ocorridas na estrutura das ocupações profissionais e no tipo de trabalho valorizado nesta “nova” sociedade, com a importância que a informação e o conhecimento adquirem enquanto

¹⁰ O princípio da “performatividade”, nas palavras de Lyotard (*apud* Webster, 2006).

fator de inclusão e exclusão social, com a mudança de orientação do sistema económico da produção em massa para o consumo, e com a nova organização social global.

Para Castells (2000), apesar de continuar a ser uma economia capitalista, as desigualdades na nova economia são mais complexas do que a dicotomia de classes, envolvendo vários tipos de clivagens. No capitalismo informacional as novas condições tecnológicas e organizacionais proporcionam novos padrões de competitividade e produtividade baseados na flexibilidade e na inovação, transformando, conseqüentemente, as bases da teoria de classes sociais: o capital está cada vez mais difuso e em constante movimento por redes financeiras globais, enquanto no trabalho apenas um pequeno segmento mais qualificado da força de trabalho está globalizado. O trabalho continua a ser maioritariamente local, porém sujeito a um processo de individualização, sendo a sua contribuição para a produção determinada por características e contributos de cada trabalhador.

Uma das clivagens identificadas por Castells revela-se na contraposição entre o trabalho “auto-programado” – que requer dos trabalhadores uma adaptação constante das suas competências às tarefas – e o trabalho “genérico” – um trabalho centrado em tarefas específicas, onde quem as desempenha pode facilmente ser substituído (Castells, 2000). Esta é uma abordagem também partilhada por Bell (1973), ao sustentar que com a diminuição do trabalho pouco qualificado as tradicionais divisões de classe definidas pela posição face à posse dos meios de produção perdem importância, e o trabalho enquanto recurso central e fonte de poder é substituído pela informação e conhecimento, passando a ser as qualificações que determinam a posição social.

Castells argumenta ainda que a expansão do capitalismo informacional desencadeou, simultaneamente, o aumento das condições de vida e das desigualdades e exclusão social pelo mundo. Este processo dual afeta tanto pessoas como territórios, contribuindo para o aumento de mecanismos de polarização e para o surgimento do que Castells designa por “quarto mundo”, constituído por parte da população e regiões do mundo desprovidas dos recursos valorizados na nova sociedade.

A informação adquire uma importância central na sociedade, sendo vista como chave para a vida contemporânea, e como um novo ideal social que origina uma nova fonte de desigualdade na sociedade entre os *informados* e os *não informados*¹¹ (Poster, 1990). É o que Schiller (1996) designa por “estratificação informacional”, uma dicotomia entre o grupo privilegiado da sociedade que possui mais rendimento e que também mais beneficia da revolução informacional, com acesso a recursos informacionais sofisticados, e o grupo ocupado pela maioria da população que fica com acesso a conteúdos informacionais de pouco valor para melhorar a sua posição na sociedade, mas que origina vantagens comerciais para as empresas. Para este autor, o novo ambiente informacional que se gerou na sociedade não trouxe alterações na estrutura de desigualdades. Emergindo numa sociedade capitalista de classes, é marcado pelas desigualdades existentes e gerado com o intuito de servir os interesses capitalistas, pelo que o tipo de informação disponibilizado é determinado pela capacidade de

¹¹ Nos termos originais: “information rich” e “information poor” (Poster, 1990: 7; Feather, 1994: 90).

pagar. O fosso entre ricos e pobres tende assim a aumentar, seja internamente ou entre países, e as imagens difundidas pelo mundo estão impregnadas de valores e preocupações do ocidente, servindo como meio de fortalecer o domínio económico e político do ocidente sobre o resto do mundo (Schiller, 1996).

Se para Castells o trabalho, apesar de ter sofrido transformações, parece continuar a ter importância na análise das desigualdades sociais, outros autores como Giddens (1997), Stehr (1994), Poster (1990; 2000) e Urry (2000), defendem a necessidade de mudar o foco de análise. Para Giddens e Stehr, a diferenciação social não é determinada apenas pela posição dos indivíduos face ao processo produtivo e pelo rendimento daí proveniente, assumindo cada vez mais importância os comportamentos de consumo, que revelam estilos de vida e gostos diferentes, determinados por várias circunstâncias e papéis desempenhados pelos indivíduos na sociedade.

Segundo Poster, a identidade instável e constantemente reconfigurada, promovida pelos meios de comunicação eletrónicos levam a que os indivíduos não possam ser posicionados de forma absoluta na sociedade, pondo em causa a sua categorização em termos de classe social (1990; 2000). Para Urry (2000) e Giddens (1997), as divisões de classe estão muito relacionadas com a noção de Estado-Nação. Urry defende que numa sociedade organizada em redes globais, as desigualdades entendidas enquanto posicionamento estático não são adequadas, devendo antes ser analisadas em termos de inclusão nos fluxos que circulam nessas redes, por entre os quais o poder é difuso. Por outro lado, para Giddens, a expansão da modernização reflexiva e os processos relacionados de globalização e “destraditionalização” enfraquecem o poder mobilizador e a solidariedade de classe. As oportunidades de vida estão mais dependentes de várias dimensões e características dos indivíduos num determinado momento, e menos da origem de classe.

Face às condições e dinâmicas sociais atuais, os autores da sociedade da informação argumentam, assim, que a classe social, definida enquanto posição face à posse dos meios de produção, não é a principal fonte de desigualdade que estrutura as divisões sociais. As desigualdades sociais contemporâneas têm sido analisadas numa perspetiva de multidimensionalidade e globalidade, na medida em que estas se encontram presentes em diversos domínios que se interligam entre si e com diversos fenómenos sociais; e porque as desigualdades que dependem ou se geram no atual contexto globalizado têm importantes consequências em vários níveis (Costa, 2012).

Göran Therborn (2006) e Charles Tilly (2005) são dois autores que se debruçam sobre estas características das desigualdades contemporâneas. Therborn argumenta que as desigualdades sociais devem ser entendidas enquanto diferenças que geram algum tipo de injustiça social¹² e analisadas com base em três dimensões que interagem e se reforçam mutuamente: desigualdades vitais, relacionadas com a exposição ao risco da morte; desigualdades existenciais produzidas em contexto de interação

¹² A própria definição de justiça social é também ela plural porque depende, em larga medida, dos critérios de justiça social prevalentes no contexto em que são analisadas as desigualdades (Costa, 2012).

social e associadas ao reconhecimento dos indivíduos enquanto pessoas com direitos e deveres; e as desigualdades de recursos materiais ou simbólicos, que os indivíduos mobilizam nas relações sociais, e que definem a sua capacidade para agir.

Costa (2012) alerta para a necessidade de analisar de forma articulada os “diferentes” tipos de desigualdades identificados por Therborn, na medida em que as desigualdades se intersectam e se influenciam entre si. Tanto as desigualdades existentes em diferentes recursos (por exemplo rendimento e escolaridade) se relacionam entre elas, como essas desigualdades de recursos geram desigualdades de oportunidades (ou existenciais) no acesso à escolarização ou ao trabalho e, por sua vez, estas desigualdades de oportunidades também contribuem para gerar desigualdades de recursos.

Charles Tilly (2005) faz referência às desigualdades categoriais (onde se incluem as desigualdades de género ou de classes sociais) como outra configuração importante das desigualdades contemporâneas. As diferenças entre categorias podem gerar desigualdades cuja importância e persistência variam em função do contexto social em que inserem, e constituem-se nos processos de interação social onde se estabelece uma diferenciação entre conjuntos de indivíduos (“nós e os outros”), intersectando-se assim com a conceptualização de desigualdades existenciais de Therborn. As categorias sociais são um importante e inerente instrumento de análise das desigualdades sociais, que põem também em evidência a multidimensionalidade das desigualdades sociais, uma vez que “do ponto de vista metodológico, a análise das desigualdades categoriais implica (...) analisar a distribuição de determinados atributos (rendimento, riqueza, escolaridade, longevidade e muitos outros) por categorias sociais.” (Costa, 2012: 41).

Tilly defende ainda que as desiguais distribuições da posse ou acesso a recursos, ou de controlo dos meios de ação são, tal como foram no passado, as bases sociais das desigualdades. Contudo, argumenta que, na última metade do século XX as diferenças baseadas no capital financeiro, informação, conhecimento científico e *media* são os fatores que têm tido maior peso na produção das desigualdades.

Alguns dos autores clássicos que se debruçaram sobre estas questões das desigualdades faziam já referência às inter-relações entre diferentes desigualdades (Costa, 2012). Entre eles encontramos a abordagem de Max Weber, que defende que o sistema de estratificação é multidimensional e se baseia não apenas na classe determinada pela posse de recursos, mas também no *status* e prestígio manifestado pelos estilos de vida e consumos (Weber *apud* Witte e Mannon, 2010).

1.4. Internet: um novo domínio de desigualdades?

Considerando que a internet é parte integrante do grupo das tecnologias da informação e da comunicação que desencadearam reflexões em torno da sociedade da informação, e sendo por alguns autores considerada como o símbolo de um novo modelo de sociedade, a análise do nível de difusão da internet pela sociedade e das desigualdades que se verificam no acesso a esta tecnologia podem ser

considerados como bons indicadores, tanto da difusão da sociedade da informação (Cardoso *et.al*, 2005), como das desigualdades sociais que se manifestam na sociedade da informação.

Nas últimas duas décadas assistimos a uma rápida expansão da internet pelo mundo, incomparável com a evolução de qualquer outra tecnologia (Castells, 2002; Katz e Rice, 2002). As razões para a sua grande expansão e penetração nas várias dimensões da vida social têm sido atribuídas à própria tecnologia e à forma esta como foi construída. Apesar de ter surgido com objetivos militares, o desenvolvimento do que viria a ser a internet, foi colocado sob a responsabilidade de um pequeno grupo de cientistas e universitários dos EUA cujos valores se centravam na colaboração e no livre acesso. O resultado foi uma tecnologia livre, com uma arquitetura aberta, que permite ser usada e adaptada pelos utilizadores em qualquer área, e para qualquer finalidade, em função das suas necessidades, interesses e valores (Castells, 2004b). Também por ser uma tecnologia de comunicação, processo que constitui a essência da atividade humana e do funcionamento da vida em sociedade, possibilita a sua penetração em qualquer domínio de atividade (social, económica ou política).

A internet tem sido elogiada pelo seu grande potencial igualitário ao criar igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento, recurso que ao longo da história foi sendo confrontado com diversos entraves de ordem social, física, política e geográfica (Katz e Rice, 2002). Terá assim potencialidades de se constituir como uma *esfera pública*, recurso conceptual usado por Habermas (*apud Webster*, 2006)¹³ para se referir a um domínio social dedicado ao debate público e acessível a todos, a partir da qual se forma a opinião pública, fomentando a participação política e a democracia.

As visões mais otimistas sobre o impacto da internet para a sociedade, que surgiram no processo inicial da sua expansão, encaram-na como um benefício para a sociedade, defendendo que esta irá reduzir as desigualdades sociais¹⁴. Argumentam que na internet as diferenças geográficas e sociais não são importantes, uma vez que o anonimato que esta tecnologia proporciona gera interações sociais em função de interesses comuns e não das características sociais. Por outro lado, defendem também que o acesso a uma grande base de dados de informação permite reduzir diferenças de conhecimento e ultrapassar diferenças sociais, e simultaneamente criar oportunidades para aumentar a interação social, o envolvimento cívico e comunitário e a participação das pessoas na vida social (Katz e Rice, 2002; Chen e Wellman, 2005).

Contudo, a expansão da internet mostrou desde muito cedo que estas potencialidades estão a distribuir-se de forma muito desigual pelo mundo, e que nem todos estão a beneficiar de iguais oportunidades de acesso. Ao mesmo tempo que a internet se expandiu pela sociedade em geral,

¹³ Para saber mais sobre o conceito de esfera pública e sobre o pensamento de Habermas, consultar Webster (2006).

¹⁴ Por oposição às visões pessimistas também surgidas nessa fase, e que segundo as quais a internet iria contribuir para reforçar e aumentar as desigualdades, levaria ao isolamento das pessoas e destruiria o envolvimento e participação cívica e comunitária. Consultar Katz e Rice (2002) e Chen e Wellman (2005).

começou a surgir a ideia de “(...) um mundo dividido entre os que têm e os que não têm acesso à internet” (Castells, 2004a: 228). Foi esta interpretação que esteve na origem do conceito de *fosso digital*, popularizado pela sua utilização num relatório estatístico da NTIA (National Telecommunications and Information Administration Agency) no final dos anos 90¹⁵.

A difusão da internet está a desenvolver desigualdades de forma multidimensional em termos geográficos e sociais. Ao nível global ou internacional, está a originar uma assimetria geográfica em função do grau de desenvolvimento dos países, favorecendo os mais desenvolvidos, porque são estes que dispõem dos recursos que lhes permitem tirar partido das potencialidades da internet: rendimento, infraestruturas de telecomunicações e competências escolares (Chen e Wellman, 2005).

E a nível nacional está também a contribuir para a estratificação da população com base nas suas diferentes características. Mesmo nos países mais desenvolvidos, como os EUA – país berço da internet, que apresenta atualmente uma das taxas de acesso mais elevadas no mundo (de acordo com os dados mais recentes do World Bank, 84 em cada 100 pessoas têm acesso à internet) – o acesso à internet está a ser afetado pelas desigualdades existentes noutros domínios. O acesso à internet está a acompanhar as linhas tradicionais das desigualdades sociais, com base no rendimento, no género, na idade, nas qualificações escolares, no local de residência e na especificidade cultural (Chen e Wellman, 2005).

A maioria da população mundial não tem condições para ter acesso à internet e participar na sociedade da informação porque não tem os recursos tecnológicos e sociais necessários (Chen e Wellman, 2005). O custo e complexidade da internet limitam o acesso à tecnologia e ao seu potencial de informação por parte dos mais excluídos da sociedade (as minorias étnicas, os mais pobres e os mais velhos), cada vez mais marginalizados à medida que a economia se baseia cada vez mais em informação (Katz e Rice, 2002).

A origem das desigualdades que se verificam no acesso à internet não têm sido atribuídas à tecnologia em si, porque as tecnologias têm contribuído para aumentar o acesso à informação. Segundo Dimaggio *et.al* (2001 *apud* Witte e Mannon, 2010), as desigualdades devem-se à forma como a internet se desenvolveu. A partir do momento em que a internet foi privatizada e se expandiu para a sociedade em geral, deixou de espelhar os valores relacionados com a colaboração e livre acesso da comunidade científica que a criou e “(...) it has taken on the values of the larger society, which emphasize competition, status, and hierarchy.” (Witte e Mannon, 2010: 17).

Deste modo, a característica flexível da internet que contribuiu para a sua expansão pelo mundo, e que permite que os utilizadores se transformem em produtores da tecnologia, parece estar também ela a colaborar para reforçar desigualdades. Por ser um produto cultural, fruto da ação humana, a

¹⁵ O conceito de fosso digital está essencialmente associado ao desigual acesso à internet, assim como a expressão “information haves and have-nots” havia surgido para dar conta da desigualdade de acesso ao computador. Ambas refletem a preocupação com o princípio de acesso universal a bens e serviços.

evolução e conteúdos da internet arrastam consigo as características e valores dos seus produtores, tornando-se mais apelativos para os que partilham características idênticas¹⁶.

Porque a tecnologia não é uma dimensão externa à sociedade, as desigualdades que se manifestam no acesso à internet devem ser entendidas à luz do contexto social e institucional de cada sociedade e das suas dinâmicas associadas, uma vez que estes influenciam a forma como a internet é apropriada pela população (Warschauer, 2003; Chen e Wellman, 2005). Tendo emergido numa sociedade marcada por desigualdades sociais, a expansão da internet pelo mundo e dentro dos países é o reflexo dessas desigualdades (Castells, 2004b). O acesso à internet reproduz, assim, as desigualdades existentes a nível global e nacional, refletindo a estrutura social e as relações de poder existentes na sociedade, e determinando a estrutura social de oportunidades, ou seja, quem acede e quem consegue usar para benefício próprio (Katz e Rice, 2002; Warschauer, 2003; Chen e Wellman, 2005).

Na medida em que a internet está a adquirir uma crescente centralidade no funcionamento da sociedade, ter acesso a esta tecnologia torna-se num recurso fundamental para viver em sociedade, seja para aprender, trabalhar, procurar emprego ou para o envolvimento e participação cívica e política. Deste modo, a internet está assim a contribuir para reforçar as desigualdades sociais já existentes, configurando-se como um novo domínio de desigualdade, onde coexistem simultaneamente o desenvolvimento e a marginalização (Warschauer, 2003; Castells, 2004b).

Para alguns autores, como Habermas (*apud* Webster, 2006), Schiller (1996) e Katz e Rice (2002), os mecanismos de mercado e os seus interesses comerciais desvirtuam os princípios de acesso universal e de informação como bem público, porque tendem a oferecer conteúdos adaptados aos interesses e necessidades de uma classe de consumo: aos que têm condições económicas para ter acesso (Katz e Rice, 2002). Como nos diz Papacharissi (2002), embora a internet seja um espaço público que abre novos caminhos para a comunicação, para o acesso à informação e para a discussão política, “the fact that online technologies are only accessible to, and used by, a small fraction of the population contributes to an electronic public sphere that is exclusive, elitist, and far from ideal – not terrible different from the bourgeois public sphere of the 17th and 18th centuries.” (Papacharissi, 2002: 383). As desigualdades que se verificam no acesso à tecnologia limitam a difusão universal e igualitária das suas potencialidades, deixando à margem os que mais poderiam beneficiar do potencial democrático e comprometendo, tal como o fez no passado, a constituição da internet como uma esfera pública.

Para Compaine (2001) são precisamente os mecanismos do mercado que permitem atingir o acesso universal, porque à medida que mais pessoas vão tendo acesso à tecnologia, os custos baixam, a capacidade de processamento da tecnologia aumenta e a necessidade de competências para usar a tecnologia diminui. Assumindo-se como cético do fosso digital, o autor argumenta que as

¹⁶ Os primeiros utilizadores da internet refletiam as características das pessoas que estiveram na base do desenvolvimento da tecnologia: homens, de raça branca, fluentes em inglês, com mais rendimentos e mais qualificações, e residentes nos EUA ou noutros países desenvolvidos (Poster, 2000; Chen e Wellman, 2005).

desigualdades de acesso à tecnologia digital não são um verdadeiro problema (porque existem muitas desigualdades na sociedade), mas um efeito do processo transitório que acompanha a expansão de qualquer inovação na sociedade. O autor sustenta que “new and expensive technologies have to start somewhere and almost invariably that means with two groups: those who find it undeniably useful – often commercial entities – and those who can simply afford it.” (Compaine, 2001: 325).

1.5. Fosso ou Inclusão Digital: a importância das qualificações escolares na apropriação da internet

Apesar de ter alertado a opinião pública para a existência de um problema social, a conceptualização em torno de um fosso digital ou info-exclusão tem sido criticada pela sua limitação na compreensão das desigualdades que se verificam face à internet. Em primeiro lugar, pelo facto de o conceito estar habitualmente associado à desigualdade de acesso físico à internet, condição necessária mas não exclusiva para beneficiar do potencial da tecnologia. Em segundo, por ter subjacente uma relação de causalidade unidirecional: não ter acesso à internet limita oportunidades de desenvolvimento pessoal e aumenta as desigualdades sociais; mas como verificámos anteriormente, a desigual distribuição dos recursos materiais e culturais determinam também a oportunidade de ter acesso à internet. E em terceiro, por estabelecer a divisão entre dois pólos (ter *versus* não ter acesso); para alguns autores, a análise dos usos que as pessoas dão à tecnologia, e da forma como a incorporam na sua vida quotidiana são melhor apreendidas usando uma abordagem ancorada no acesso gradativo ou “integração digital” (Katz e Rice, 2002; Witte e Mannon, 2010; Ponte e Cardoso, s.a.).

As abordagens que criticam o fosso digital (nomeadamente, Warschauer (2003), Castells (2004b) e Chen e Wellman (2005)) argumentam que na atual sociedade, onde as TIC adquirem uma importância crescente, o acesso físico à tecnologia, entendido como acesso a equipamentos (computador) e ligação à rede da internet, é um recurso chave, mas não é condição automática para usar regularmente e em benefício próprio. A desigual distribuição do acesso à internet intersecta-se com a desigual distribuição dos recursos que permitem que as pessoas usem a tecnologia em função dos seus interesses e necessidades e transformarem a informação em conhecimento, pelo que devem ser considerados tanto fatores tecnológicos como os fatores sociais na análise dos condicionantes no acesso e uso da tecnologia. Assim, o acesso à internet deve ser entendido num sentido mais lato: “(...) device ownership does not in itself constitute complete access because full ICT access in current times also requires connection to the internet as well as the skills and understanding to use the computer and the Internet in socially valued ways.” (Warschauer, 2003: 31).

A importância das qualificações escolares na utilização da internet é corroborada por vários estudos (nomeadamente Rodrigues e Mata (2003) e Cardoso *et.al* (2005; 2015)), demonstrando que uma maior predisposição para a utilização da internet, ou para a utilizar com regularidade, está associada a qualificações escolares mais elevadas.

Esta associação é explicada pelo facto de as qualificações obtidas na escola serem decisivas para a apreensão das competências básicas de literacia (escrita, leitura e raciocínio), e por níveis de escolaridade mais elevados (ensino secundário e superior) se associarem a um maior domínio destas competências (Ávila, 2007). Como o conteúdo da internet continua a ser predominantemente dominado pela escrita, as competências de literacia continuam a ser necessárias para interpretar e processar a informação pesquisada na internet. A literacia é uma competência essencial que potencia a aprendizagem de outras competências e a capacidade de “aprender a aprender” ao longo da vida e em contextos diferenciados. Como nos refere Patrícia Ávila, “não ignorando as competências específicas requeridas neste domínio [das TIC], sem competências de literacia fica comprometida a aprendizagem dessas tecnologias, assim como fica seriamente limitada a utilização que delas é feita.” (Ávila, 2007: 24)¹⁷.

Os estudos mostram também que uma maior apropriação destas tecnologias é protagonizada pelos mais jovens. A idade, por si só, não explica na totalidade o acesso às TIC, contudo é um fator importante na medida que arrasta consigo outros fatores de desigualdade. Entre os mais jovens o acesso está mais difundido porque estes estão, geralmente, associados a qualificações escolares mais elevadas, que favorecem a mobilidade para a aprendizagem e inserções profissionais mais exigentes em termos de conhecimento e que envolvem maior intensidade tecnológica (Rodrigues e Mata, 2003; Cardoso *et.al*, 2005; Alves, 2008; Witte e Mannon, 2010; Vicent, 2011). Entre os mais velhos, particularmente no caso das mulheres mais velhas, o reduzido nível de utilização da internet é explicado pelas baixas qualificações escolares e por outras desigualdades interdependentes: ocupações profissionais menos exigentes na mobilização de informação e níveis de rendimento mais reduzidos (Cardoso *et.al*, 2015). Na sociedade portuguesa, a desigual distribuição de recursos educativos e cognitivos pelas diferentes gerações é o resultado de uma clivagem estrutural, reflexo de uma transição sociopolítica, que favorece os que entraram para o sistema de ensino no pós-25 de Abril e cresceram num contexto de democracia, escola não autoritária e liberdade de expressão na imprensa (Cardoso *et.al*, 2005).

Por outro lado, dado que se trata de um fenómeno recente, a socialização com a internet ocorre em fases distintas da vida para as diferentes gerações, facto que, como nos indica Vicent (2011), tem consequências ao nível da capacidade de apropriação da tecnologia: “a edades tempranas, los niños y los mas jóvenes crecen y se relacionan, desde muy pequeños, a través del ciberespacio; y reciben por ello etiquetas como la de nativos digitales.” (Vicent, 2011: 52). O contacto mais precoce com a internet e as práticas que caracterizam a juventude, como a condição de estudante e as intensas relações de sociabilidade, que propiciam o contacto com outros jovens que usam internet, tendem a favorecer o acesso e usos mais intensos desta tecnologia. E “neste sentido, poder-se-á admitir que a

¹⁷ Para saber mais sobre as competências eletrónicas consultar Warschauer (2003).

adesão à internet depende, acima de tudo, de questões ligadas à formação, entendida no seu sentido amplo, não exclusivamente formal.” (Cardoso *et.al*, 2015: 136).

A crescente incorporação de computador e internet na escola e no emprego torna estes dois domínios sociais em importantes contextos de socialização com as TIC, bem como de aprendizagem das competências eletrónicas. Para além disto, os benefícios das literacias apreendidas nestes domínios podem também estender-se a outras pessoas da rede de relacionamentos do indivíduo. Os contactos sociais que se estabelecem em contexto familiar, escolar, profissional ou de lazer, de cariz informal ou acidental, com pessoas que utilizam tecnologias podem ajudar na consciencialização da utilidade da internet para interesses e necessidades pessoais, principalmente entre aqueles que não têm outro tipo de oportunidade de contacto com as TIC, como as pessoas mais velhas, as que estão fora do mercado de trabalho, ou aquelas cuja atividade profissional não envolve a utilização de TIC (Warschauer, 2003; Vicent, 2011).

Constatando-se que a origem das desigualdades face à internet não deriva apenas de fatores tecnológicos, para ultrapassar essas desigualdades não basta atingir o acesso universal e eliminar o fosso digital. É necessário atuar sobre as desigualdades sociais. Neste sentido, Warschauer (2003) e Chen e Wellman (2005) propõem passar de uma abordagem centrada no conceito de fosso digital, para uma cuja compreensão das desigualdades assente na interação recíproca entre os impactos sociais das tecnologias da informação e da comunicação e a inclusão social¹⁸: “the overall policy challenge is not to overcome a digital divide but rather to expand access to and use of ICT for promoting social inclusion.” (Warschauer, 2003: 211). Embora considerem que as desigualdades sociais não desaparecem no contexto da internet, argumentam simultaneamente que, numa sociedade em que os princípios de estratificação social assentam cada vez mais no conhecimento e menos na posse dos meios de produção, a internet pode fornecer as ferramentas para melhorar a posição social e transformar a forma como as desigualdades são reproduzidas.

Para atingir este objetivo, Warschauer (2003) e Chen e Wellman (2005) defendem a necessidade de atuar sobre as estruturas e relações sociais que originaram as desigualdades no acesso à internet. É necessário que os conteúdos na internet e a língua em que são disponibilizados sejam adequados e relevantes para as pessoas; que estas disponham das competências escolares e de literacia que lhes permitam tirar partido da tecnologia; e que exista uma rede de apoio social que fomente a aprendizagem das competências necessárias. “Content and language, literacy and education, and community and institutional structures must all be taken into account if meaningful access to new technologies is to be provided.” (Warschauer, 2003: 6).

¹⁸ Sobre a definição de inclusão social, consultar Castells (2000: 71-73) e Warschauer (2003: 8-9).

CAPÍTULO II – INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: UM MODELO ANALÍTICO

A reflexão efetuada no capítulo anterior pôs em evidência que a centralidade que a internet ocupa no processo de mudança estrutural para uma sociedade da informação – proporcionando o desenvolvimento de uma organização socioeconómica global, flexível e em rede, e o acesso à informação e ao conhecimento – está a ser acompanhada por uma desigual distribuição das oportunidades de acesso a esta tecnologia. A sua expansão pelo mundo e nas sociedades, e sua incorporação pela população, estão muito dependentes das condições sociais existentes, isto é, dos recursos socioeconómicos que permitem ter acesso à tecnologia e das qualificações escolares e profissionais que possibilitam que as pessoas usem a tecnologia para os seus interesses.

Pretendendo dar um contributo para o conhecimento do modo como a sociedade da informação está ser incorporada em Portugal, importa em primeiro lugar fazer um breve enquadramento sobre a forma como este modelo de sociedade, e a tecnologia que o suporta, têm evoluído no nosso país.

2.1. Portugal e a Sociedade da Informação: breve enquadramento

O percurso português, no que respeita a políticas na área da sociedade de informação, encontra-se intimamente ligado às orientações e estratégias seguidas pela União Europeia (UE). Os primeiros passos comunitários neste domínio foram produzidos com o livro branco sobre “Crescimento, Competitividade, Emprego” e com um estudo encomendado pelo Conselho Europeu que ficaria ser conhecido como “Relatório Bangemann” (MSI-MCT, 1997; Coelho, 2007). As recomendações destas reflexões foram observadas na elaboração do “Plano Estratégico de Crescimento e Competitividade” assente na informação e no conhecimento, lançado em 2000 na Cimeira de Lisboa. Ao abrigo deste plano têm sido desenvolvidas medidas de ação para promover a sociedade da informação na Europa, que focam a infraestrutura de telecomunicações, as qualificações das pessoas e a utilização da internet (Coelho, 2007). As repercussões desta estratégia europeia em Portugal fizeram-se sentir essencialmente a partir de 2005, assistindo-se a um aumento de medidas de política que visam fomentar o acesso a computador e à internet, perspetivando igualdade de acesso a toda a população¹⁹.

Para avaliar a evolução da sociedade da informação na UE e monitorizar a aplicação das políticas nesta área, foram criados instrumentos estatísticos dirigidos aos sectores institucionais das empresas e das famílias. Os dados mais recentes, resultantes do instrumento aplicado às famílias e disponibilizados pelo INE²⁰, mostram que 69,5% da população portuguesa com idade entre 16 e 74 anos já teve contacto com a internet e que 64,6% a utilizou no primeiro trimestre de 2014. No contexto da UE-28, onde 82% população utiliza a internet, Portugal ocupa o 24.º lugar, posição rodeada maioritariamente por países do sul da Europa. Apesar de demonstrarem uma evolução bastante

¹⁹ Para conhecer melhor as medidas implementadas consultar UMIC-MCTES (2010) e Coelho (2011).

²⁰ Dados do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2014.

expressiva desde 2004²¹ (época em que 34% da população revelava já ter utilizado internet e 29,3% indicava ter usado no primeiro trimestre daquele ano), os indicadores mais recentes obtidos em Portugal revelam que existe ainda uma proporção significativa da população (cerca de um terço – 30,5%) que ainda não utiliza esta tecnologia, estando afastada das suas potencialidades para participar na sociedade e melhorar as condições de vida e, portanto, à margem da sociedade da informação.

No estudo efetuado por Cardoso *et.al* (2005), em 2003 a sociedade portuguesa mostrava-se como uma *sociedade em transição para a sociedade em rede*. Uma das razões apontadas para esta posição de Portugal centra-se nas “práticas caracterizadoras da sociedade em rede” (Cardoso *et.al*, 2005: 314), uma vez que a maioria da população não utilizava internet. Passados 10 anos, com a quase duplicação do número de utilizadores e a diversificação das utilizações da internet, os autores alegam que “o caso português é um bom exemplo da expansão do acesso e da democratização da internet entre a população” (Cardoso *et.al.*, 2015: 356). Consideram, contudo, que este facto não é suficiente para que o “rótulo” de *sociedade em transição* seja eliminado.

Ainda que a expansão da internet no nosso país tenha envolvido os vários grupos sociais, não se fez de forma semelhante em todos eles, continuando a demonstrar a existência de clivagens em função das características sociodemográficas da população. Este estudo demonstra que na adesão à internet “(...) ainda é visível o carácter dual da sociedade portuguesa, marcado simultaneamente por distinções de carácter geracional e educativo, com reflexos ao nível do género, da inserção socioprofissional ou ainda, em menor escala, da implantação territorial.” (Cardoso *et.al*, 2015: 139).

Assumindo a difusão da internet pela população como indicador da expansão da sociedade da informação, os indicadores do INE, anteriormente apresentados, demonstram que a sociedade portuguesa está na rota para uma organização social de base informacional. Considerando também que sectores importantes da sociedade, com que todos os cidadãos se têm de relacionar, estão cada vez mais organizados em torno desta rede, utilizar a internet e aceder aos conteúdos aí disponibilizados será cada vez mais uma das condições essenciais para participar nesta organização social que se vai formando. E quanto mais pessoas e instituições estejam representadas na internet, maior a importância da sua utilização para participar e viver em sociedade. Para que se possa agir no sentido de atingir o acesso universal à internet torna-se necessário perceber quem são os indivíduos que não utilizam esta tecnologia e quais os condicionantes existentes à inclusão na sociedade da informação. É neste contexto que este trabalho espera poder dar um contributo.

²¹ Momento mais distante em que existe informação para estes dois indicadores. No ano em que o INE deu início à recolha regular desta informação (2002) 19,4% dos indivíduos entre os 16 e 74 anos utilizaram internet no primeiro trimestre.

2.2. Problemática e modelo de análise da inclusão na sociedade da informação

O objetivo geral deste trabalho consiste em perceber de que forma a internet se está a expandir pela população portuguesa, medindo por essa via o posicionamento de Portugal face à sociedade da informação. Apesar de não esgotar a abrangência das dinâmicas subjacentes à sociedade da informação, a análise da utilização da internet poderá funcionar, conforme qualquer outro indicador, como uma aproximação à caracterização da sociedade portuguesa perante este modelo de sociedade, e da forma como este processo está a envolver a população.

A revisão da literatura teórica e empírica nesta área revelou que, devido à capacidade de a tecnologia ser adaptada em função das necessidades, interesses e valores dos seus utilizadores, a expansão da internet num determinado contexto geográfico e cultural acompanha as desigualdades sociais aí existentes. Constatando-se que existe em Portugal uma diferenciação na utilização da internet (utilizadores *versus* não utilizadores), pretende-se perceber se essa diferenciação se relaciona com outras formas de desigualdade.

O ponto de partida deste trabalho assenta no pressuposto de que existem diferenças entre o perfil dos utilizadores da internet e o dos não utilizadores, e de que a desigual apropriação da internet reflete as desigualdades estruturais existentes na sociedade, estando estas associadas à posição social dos indivíduos. Para aferir acerca da existência de diferenciação social na inclusão na sociedade da informação, pretende-se identificar quais os componentes da posição social que estão mais associados, tanto ao contacto com a internet, como ao uso mais intenso da tecnologia.

Neste estudo as desiguais posições face à internet serão alvo de uma análise multidimensional, em linha com as abordagens contemporâneas acerca das desigualdades sociais descritas no capítulo anterior. A posição social dos indivíduos não será definida apenas pela classe social, ou seja, pela posição face ao trabalho e pela posse de recursos económicos, mas também pela biografia de cada indivíduo, isto é, pelo conjunto de características que a sua posição social engloba. Assim, a composição da posição social dos indivíduos irá conjugar a dimensão dos recursos (não apenas económicos) e também a dimensão das características sociodemográficas (sexo, idade, composição familiar e inserção geográfica), dimensões que poderão verificar a existência de, respetivamente, desigualdades de recursos e desigualdades existenciais, identificadas por Therborn (2006). Ao nível da posse de recursos são considerados os recursos socioeconómicos de origem (dos progenitores) e a posição socioeconómica do indivíduo, onde se inserem os recursos socioeconómicos (desta feita do próprio), os recursos tecnológicos existentes em casa e os consumos culturais, estes últimos considerados por serem manifestações de estilos de vida e de gostos diferenciados (Stehr, 1994; Giddens, 1997) e, consequentemente, pela capacidade de poderem revelar o *status* e o prestígio social descrito por Max Weber (*apud* Witte e Mannon, 2010).

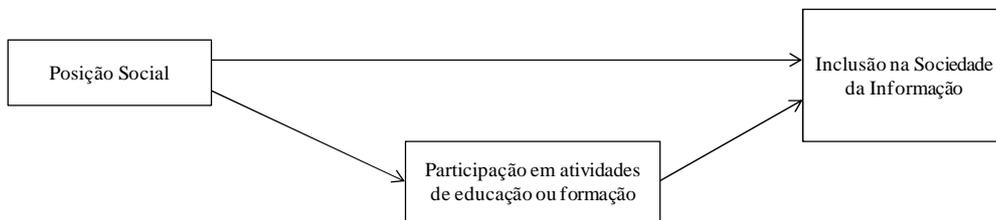
Tendo por objetivo analisar a inclusão na sociedade da informação através da utilização que é feita da internet, a análise a desenvolver assentará no conceito de *fosso digital*, agrupando os indivíduos em função do contacto que declaram ter com a internet (os que já utilizaram internet

nalgum momento *versus* os que nunca utilizaram), mas também na abordagem de *integração digital*, onde se analisa a intensidade de utilização da internet. Procurou-se, assim, ultrapassar as limitações apontadas ao conceito de fosso digital, de modo a conseguir ter também uma análise multidimensional da inclusão na sociedade da informação.

Por outro lado, sabendo que o contacto com a tecnologia não é condição suficiente para beneficiar da informação disponibilizada na internet, analisa-se não só a relação entre a posição social e o contacto com a internet, mas também o efeito mediador que a adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida tem nesta relação.

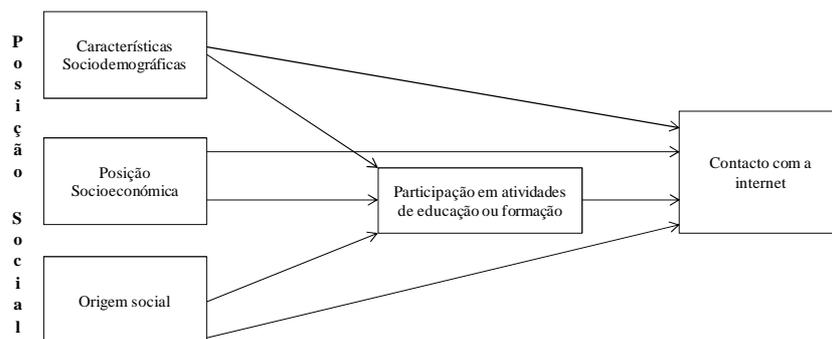
A problemática aqui descrita encontra-se representada no seguinte modelo de análise, que pretende analisar a relação entre a posição social e a inclusão na sociedade da informação, bem como o efeito mediador que a participação em atividades de educação ou formação tem nessa relação:

Figura 2.1 – Modelo de análise global da inclusão na sociedade da informação



Uma vez que para levar a cabo esta análise são utilizadas duas bases de dados distintas, foram definidos três modelos de análise complementares, que representam o contributo diferenciado de cada uma das bases para a identificação dos fatores que influenciam o posicionamento dos indivíduos face à internet. A Figura 2.2 apresenta o modelo a aplicar com os dados do IEFA, e pressupõe a existência de um efeito mediador da participação em atividades de educação ou formação na relação entre a posição social dos indivíduos e a inclusão na sociedade da informação. São assim colocadas em relação as duas dimensões fundamentais da sociedade da informação e do conhecimento: a tecnologia e as competências.

Figura 2.2 – Modelo de mediação da participação em atividades de educação ou formação na relação entre a posição social e a inclusão na sociedade da informação (IEFA)



Com os dados do IUTICF não é possível testar o efeito da participação em atividades de educação ou formação, devido à ausência desta informação, contudo estes dados permitem analisar o impacto da posição social na inclusão na sociedade da informação, tanto em termos de *fosso digital* (Figura 2.3), como em termos de *integração digital* (Figura 2.4).

Figura 2.3 – Modelo de análise da inclusão na sociedade da informação (IUTICF)

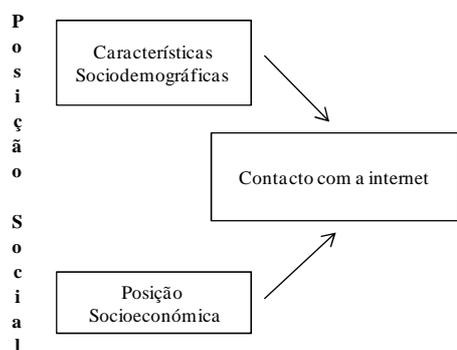
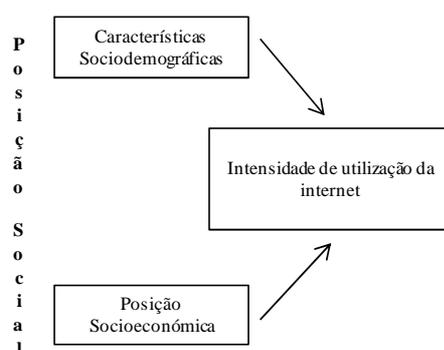


Figura 2.4 – Modelo de análise da intensidade de utilização da internet (IUTICF)



2.2.1. Definição das hipóteses de estudo

Com a revisão da literatura foi possível compreender que a difusão da utilização da internet não é uniforme pela população e que tende a acompanhar as desigualdades sociais existentes. Um dos principais determinantes da utilização da internet parece estar associado à escola, pois esta permite a aprendizagem das competências de literacia essenciais para promover o uso da internet (Ávila, 2007). Níveis de escolaridade mais elevados, além de proporcionarem a aquisição de competências, favorecem também inserções profissionais mais exigentes em conhecimento e propiciam a mobilidade para a aprendizagem ao longo da vida, condições que também promovem a utilização da internet (Alves, 2008). Atualmente a escola e o trabalho mais qualificado constituem-se ainda como importantes contextos de socialização com as TIC (Warschauer, 2003; Vicent, 2011), cujo efeito pode ser visível tanto diretamente, pelo contacto direto com a internet que propiciam, mas também indiretamente, pelas relações sociais que aqueles que detêm este contacto direto poderão desenvolver com pessoas que não têm outra forma de contacto com a internet (por baixas qualificações escolares ou profissionais, ou por estarem afastados da escola e do emprego).

Com base nesta revisão foram levantadas algumas hipóteses sobre o modo como a posição social influencia a inclusão na sociedade da informação, hipóteses que orientaram a escolha das variáveis usadas na análise.

Hipótese 1: As posições socioeconómicas mais favoráveis estão associadas à utilização da internet.

Os que têm uma posição socioeconómica mais favorável – pelos recursos socioeconómicos (de origem e atuais) e pelos comportamentos de consumo culturais e tecnológicos (que tendem a demonstrar

estilos de vida associados a diferentes posições socioeconómicas) – deverão dispor das condições e recursos adequados à utilização da internet.

Como índices mais elevados de recursos socioeconómicos estarão associados a níveis de escolaridade mais elevados, papéis sociais mais ativos, profissões mais qualificadas, assim como a retribuições económicas mais elevadas, aqueles irão refletir a existência dos recursos económicos que permitem ter acesso à tecnologia e das competências cognitivas que a permitem usar

Hipótese 2: Os mais jovens têm maior predisposição para usar internet.

A idade deverá influenciar o uso da internet por estar geralmente associada a outros fatores de desigualdade. Na sociedade portuguesa os mais jovens beneficiaram de um sistema de ensino mais democrático, da incorporação das TIC na educação e de uma orientação política que privilegia o aumento da escolarização. Estes fatores deverão favorecer os mais jovens com as competências de literacia cognitiva e eletrónica necessárias à utilização da internet.

Hipótese 3: O contexto familiar influencia o contacto com a internet, designadamente por via da presença de crianças em casa.

Indivíduos que pertencem a famílias onde existem crianças ou estudantes terão maior probabilidade de usar internet, porque a convivência com jovens (tendencialmente utilizadores da internet) pode propiciar um contexto de socialização com as TIC para aqueles que não têm outra forma de contacto com a tecnologia. E, pelo contrário, a presença de idosos no agregado familiar terá menor influência no posicionamento face à internet.

Hipótese 4: A adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida favorece o uso da internet e contribui para minorar o efeito das desigualdades de posição social.

Como vimos na revisão da literatura, ter acesso à tecnologia não é suficiente para beneficiar dos conteúdos disponibilizados na internet. Sendo os recursos educacionais e cognitivos condições essenciais para utilizar a internet e beneficiar dos seus conteúdos, a mobilização para a aprendizagem ao longo da vida estará associada a uma maior predisposição para utilizar a internet, na medida em que permite a aquisição das competências necessárias, principalmente entre os que não tiveram oportunidade de as adquirir na idade escolar. E, ao mesmo tempo, funcionará como contexto de socialização com as TIC para aqueles que têm uma posição social menos favorável. A participação em atividades de educação e formação contribuirá assim para minorar o efeito que deter uma posição social menos favorável tem na utilização da internet.

CAPÍTULO III – ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1. Caracterização das bases de dados

As bases de dados usadas neste estudo resultam de inquéritos aplicados a nível da União Europeia e seguem instruções teóricas e metodológicas definidas em articulação entre Eurostat – o Serviço de Estatística da União Europeia – e as autoridades estatísticas dos Estados-Membros. São implementados em Portugal pelo INE, sendo parcialmente financiadas pela Comissão Europeia (INE, 2011a; 2012a).

O IUTICF é realizado anualmente desde 2002 e é um dos instrumentos de monitorização dos planos políticos de ação na área da sociedade da informação, instituídos por regulamento comunitário²², que pretende disponibilizar estatísticas harmonizadas sobre a utilização das TIC no sector institucional das famílias. O inquérito é aplicado a agregados domésticos compostos por pelo menos um indivíduo com idade compreendida entre os 16 e os 74 anos e a indivíduos nesse âmbito etário. Em 2012 foram também entrevistados jovens dos 10 aos 15 anos, através de um questionário específico para esta faixa etária.

O IEFA é realizado quinquenalmente, tendo sido realizada em 2007 a primeira edição. O seu objetivo é a aferição da participação em atividades de educação formal, de educação não-formal e de aprendizagem informal²³ pelos indivíduos com idade compreendida entre 18 e 69 anos, contribuindo para a consolidação de um sistema de informação estatístico europeu em educação e aprendizagem ao longo da vida.

Ambos são inquéritos amostrais, cujas bases de amostragem são constituídas por alojamentos familiares de residência principal de todo o território nacional (Continente e Regiões Autónomas). As amostras foram estratificadas em duas etapas, com o objetivo de garantir uma boa dispersão geográfica, e dimensionadas, *a priori*, para 12 460 alojamentos, no caso do IUTICF, e para 11 808 alojamentos, no do IEFA. Os processos de dimensionamento e estratificação das amostras são efetuados de modo a obter amostras que sejam representativas da população portuguesa. Com este mesmo objetivo, após a recolha da informação junto dos respondentes, a amostra final é submetida a um processo de calibração de onde resulta o cálculo de uma variável (ponderador) que atribui um peso

²² Regulamento CE n.º 808/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de abril de 2004, relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação, que prevê a recolha regular de informação em dois sectores institucionais: famílias e empresas.

²³ A distinção entre estes tipos de aprendizagem decorre do contexto em que estas são apreendidas, e do tipo de certificação que possibilitam: a educação formal é ministrada em instituições de educação ou formação e proporcionam obtenção de um nível de ensino sequencial; a educação não-formal decorre em estruturas institucionais e confere apenas um certificado de frequência de curso; e a aprendizagem informal decorre de atividades da vida quotidiana, não conferindo, geralmente, certificação da aprendizagem obtida. Para saber mais sobre estes tipos de aprendizagem, consultar INE (2011a).

a cada um dos indivíduos da base de dados, para que as respostas obtidas possam ter estrutura idêntica à do universo correspondente, garantindo assim a esperada representatividade.

No IUTICF, a amostra é dividida em quatro subamostras com uma dinâmica de rotação de ¼ anual, o que significa que o alojamento permanece na amostra durante quatro anos. Dentro de cada alojamento, mediante a aplicação do método de Kish²⁴, são selecionados dois indivíduos para entrevista: um com idade entre 16 e 74 e outro entre 10 e 15 anos. No IEFA são entrevistados todos os indivíduos dos 18 aos 69 anos que tenham residência principal no alojamento selecionado.

Os inquéritos são realizados através de entrevista registada por computador. No caso do IEFA, a entrevista é realizada apenas presencialmente, no IUTICF é realizada também por telefone, para alojamentos em que, em anos anteriores, já tenha sido realizada uma entrevista presencial.

A recolha de dados no IUTICF decorreu entre abril e maio de 2012, e os dados referem-se ao momento da entrevista, no caso das variáveis socioeconómicas e das relacionadas com o acesso às TIC pelos agregados. Para as questões relativas à utilização das TIC pelos indivíduos, existem dois períodos de referência principais: o primeiro trimestre do ano de recolha e os últimos 12 meses. No IEFA, a recolha de dados ocorreu entre outubro de 2011 e janeiro de 2012 e para a generalidade das questões os dados referem-se aos últimos 12 meses, exceto para as questões de caracterização sociodemográfica, cujo período de referência é o momento da entrevista.

3.2. Percurso metodológico

A estratégia metodológica adotada neste trabalho centrou-se numa análise extensiva com recurso a bases de dados secundárias, capaz de identificar a semelhança ou a disparidade entre os perfis sociais dos utilizadores e dos não utilizadores da internet na sociedade portuguesa, contribuindo assim para caracterizar a estrutura social da internet.

Após o enquadramento das temáticas centrais deste estudo (sociedade da informação, internet, desigualdade social, desigualdades no domínio da internet) foram identificadas as dimensões necessárias à concretização da análise de dados, assim como as bases de dados secundárias disponíveis e atrás identificadas e caracterizadas.

A possibilidade de ligação substantiva e analítica destas bases foi percecionada pela existência de informação comum, relativa à utilização de computador e de internet, o que permitiria operacionalizar em ambas o conceito de inclusão na sociedade da informação (a variável dependente). A utilização da base de dados do IEFA possibilita uma análise mais completa das desigualdades de inclusão na sociedade da informação, permitindo analisar a influência da origem social e da aprendizagem ao longo da vida na utilização da internet, informação que, por sua vez, o IUTICF não recolhe.

²⁴ A aplicação deste método prevê que antes do trabalho de campo, seja atribuída a cada alojamento uma de 12 tabelas, que em função da dimensão e da composição do agregado, indica qual o número de ordem do indivíduo a selecionar.

Procedeu-se ao contacto com o INE por forma a conhecer os procedimentos necessários para ter acesso a estas bases, tendo-se ainda solicitado a inclusão de variáveis adicionais. Ultrapassados os formalismos de acreditação de investigador e requerimento das bases de dados²⁵, as bases foram recebidas, tendo-se efetuado uma análise exploratória aos dados.

Inicialmente ponderou-se a utilização de duas tecnologias (computador e internet) para operacionalizar o conceito de inclusão na sociedade da informação. Mas uma análise exploratória aos dados de ambas as bases permitiu identificar uma grande sobreposição entre a utilização destas tecnologias. A grande maioria dos utilizadores da internet também usa computador, e considerando que este é um dos principais veículos usados para aceder à internet, optou-se por fazer recair a análise apenas sobre a utilização da internet. Equacionou-se também usar dois momentos de observação e averiguar a evolução das desigualdades na utilização da internet pela população portuguesa e do efeito mediador da participação em atividades de formação contínua. Contudo, a complexidade da análise daí derivada não poderia ser transmitida dentro dos padrões definidos para uma dissertação de mestrado (devido a constrangimentos de dimensão), e a ideia foi abandonada.

Para obter uma análise coerente e substantivamente integrada dos dados resultantes dos dois inquéritos foi necessário uniformizar as amostras em termos de âmbito etário, trabalhando com o âmbito etário comum às duas bases. Assim, a unidade de análise deste estudo constituiu-se por indivíduos dos 18 aos 69 anos de idade.

Para que estes dados pudessem ser usados no âmbito de uma dissertação académica, foi ainda necessário anular os efeitos da calibração, construindo um novo ponderador de modo a que o peso das categorias da amostra tivesse uma distribuição proporcional à do universo²⁶.

Preparadas as bases de dados, procedeu-se à organização e transformação das variáveis necessárias para operacionalizar os modelos de análise²⁷. Recorreu-se a duas técnicas de análise de dados diferentes. Para os modelos que pretendem explicar as diferenças de perfil social entre utilizadores e não utilizadores da internet foi usada uma regressão logística, com mediação da participação em atividades de educação e formação, quando se utilizam os dados do IEFA. No modelo que tem por objetivo estudar os utilizadores da internet e encontrar diferenças em função da intensidade da utilização, a análise baseou-se em medidas de estatística bivariada, aferindo da

²⁵ Pedido efetuado ao abrigo do protocolo celebrado entre o INE, a FCT e o GPEARI-MCTES para acesso a bases de dados do INE para fins de investigação científica. As condições de acesso e a lista de bases dados disponíveis podem ser consultadas em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/46.html>.

²⁶ A estratégia passou por corrigir o ponderador calculado pelo INE. Para tal foram i) identificadas as variáveis e respetivas categorias que entraram no cálculo deste ponderador (regiões NUTS II (2002), sexo e escalões etários), ii) comparadas as frequências destas categorias entre dados amostrais, dados ponderados e peso das categorias no universo e iii) aplicada a seguinte correção: ponderador *n/N.

²⁷ A transformação das variáveis envolveu recodificações de modo a agrupar categorias e eliminar as que fossem residuais, construção de variáveis *dummy* e compósitas – seja a criação de índices pela média de respostas a um conjunto de questões substantivamente relacionadas, seja pelo recurso a uma análise ACM.

magnitude da relação entre as variáveis independente e dependente através de medidas de associação *V de Cramer* (para as variáveis independentes qualitativas nominais), e do coeficiente de correlação *Rho de Spearman* (para as variáveis qualitativas ordinais ou quantitativas)²⁸.

3.3. Operacionalização de conceitos e apresentação das variáveis em estudo

Tratando-se de bases de dados diferentes, estamos não só perante conjuntos de indivíduos distintos, como também de diferente informação recolhida. O uso complementar destas bases tem vantagens, pois permite obter uma visão mais completa das desigualdades de inclusão na sociedade da informação: o IEFA traz para a análise das desigualdades a influência da origem social e da aprendizagem ao longo da vida (que o IUTICF não proporciona), assim como a possibilidade de analisar o efeito de mediação que a formação contínua apresenta entre a posição social e a utilização da internet; por sua vez, o IUTICF permite avaliar a forma como as pessoas incorporam a internet na sua vida quotidiana, através da informação sobre intensidade com que utilizam a tecnologia. Mas o uso de duas bases de dados diferentes apresenta igualmente algumas limitações, nomeadamente na diferente operacionalização da inclusão na sociedade da informação (variável dependente) e da posição social (variáveis independentes).

No que respeita à variável dependente, esta foi operacionalizada em torno da utilização da internet por esta ser considerada uma prática reveladora da inclusão na sociedade da informação. Esta operacionalização centrou-se no comportamento autodeclarado pelos indivíduos e foi realizada de duas formas diferentes, mas complementares, para os objetivos deste estudo. Por um lado, pela variável “contacto com a internet”, incluída no modelo numa abordagem de *fosso digital*, e que indica se os indivíduos já utilizaram internet (independentemente do momento em que o fizeram) ou se nunca a utilizaram. Esta variável será usada tanto com os dados do IUTICF, como com os do IEFA. Apenas com os dados do IUTICF (uma vez que o IEFA não dispõe desta informação), a operacionalização foi também efetuada pela abordagem de *integração digital*, medindo a intensidade com os indivíduos utilizam a internet²⁹.

Para a operacionalização da posição social, embora se tenham incluído dimensões similares, as variáveis usadas não são totalmente semelhantes. Para o modelo de mediação (analisado na base do IEFA) a posição social está definida por três dimensões diferentes: a caracterização sociodemográfica, a posição socioeconómica e a origem social³⁰. Na caracterização sociodemográfica foram usadas as

²⁸ As análises foram efetuadas com recurso ao *software* IBM SPSS (versão 22.0).

²⁹ A intensidade de utilização é uma variável que agrega informação recolhida em duas variáveis diferentes: “quando foi a última vez que utilizou internet” e “com que frequência utilizou internet no primeiro trimestre do ano”, esta última apenas aplicada aos que indicaram ter utilizado pela última vez no primeiro trimestre.

³⁰ O quadro que sintetiza a operacionalização dos conceitos usados nas análises com o IEFA e com o IUTICF pode ser consultado no Anexo A, no qual se apresentam especificadas as variáveis associadas a cada dimensão.

variáveis sexo, idade e dimensão da localidade de residência. Ainda dentro desta dimensão está incluído um indicador de composição familiar constituído por três variáveis que indicam se o indivíduo é ou não casado, a dimensão do agregado familiar e o número de crianças com menos de 16 anos no agregado doméstico a que pertencem.

Para a posição socioeconómica consideraram-se variáveis compósitas que determinam os recursos socioeconómicos³¹ do indivíduo, os consumos culturais³² e a origem social que resulta da informação sobre a condição perante o trabalho, a profissão e o nível escolaridade atingido por ambos os pais dos inquiridos³³.

A variável usada como mediadora da relação entre posição social e inclusão na sociedade da informação é também uma variável compósita, a qual resulta do cálculo da média de respostas de cada indivíduo a 10 variáveis relacionadas com a participação em atividades de educação e formação formal e não formal e aprendizagem informal, com uma consistência de 0,711.

Nos modelos aplicados aos dados do IUTICF, a posição social é definida apenas por duas dimensões (também usadas no IEFA): as características sociodemográficas e a posição socioeconómica. Fazem parte da caracterização sociodemográfica as variáveis sexo, idade e dimensão da localidade de residência e o indicador de composição familiar, no qual se incluem cinco variáveis, as mesmas usadas no IEFA – ser casado, dimensão do agregado familiar e número de crianças com menos de 16 anos – e ainda outras duas complementares: o número de membros da família entre 16 e 24 anos que se encontram a estudar e o número de membros com mais de 64 anos. Na dimensão “posição socioeconómica” incluem-se dois indicadores, cada um deles operacionalizado numa única variável: recursos socioeconómicos do indivíduo e os recursos tecnológicos, ou seja, o acesso a tecnologias da informação e da comunicação em casa³⁴.

³¹ Variável construída com base nos scores resultantes da aplicação de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) sobre as variáveis: condição perante o trabalho, profissão, nível de escolaridade completado e rendimento do agregado familiar por adulto equivalente.

³² Esta variável compósita resulta do cálculo da média de respostas de cada indivíduo a 6 variáveis, relacionadas com a participação em atividades culturais enquanto espectador, e apresenta uma consistência de 0,637.

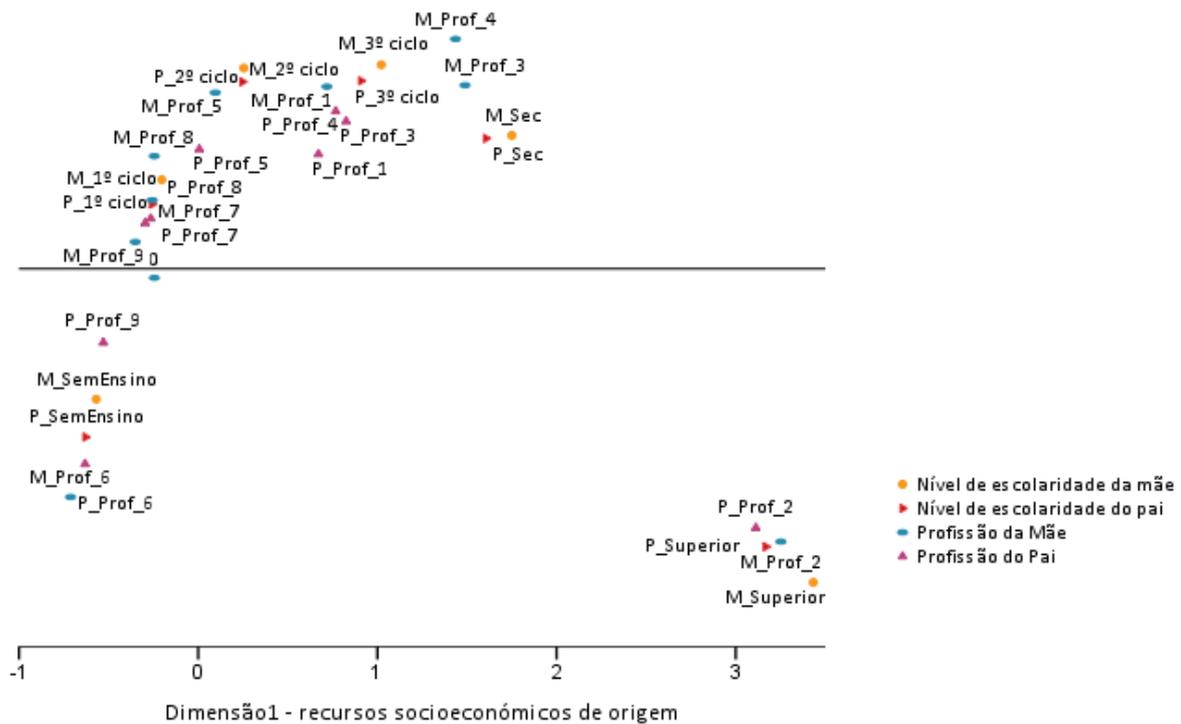
³³ Variável construída com base nos scores resultantes da aplicação de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). A informação sobre os pais que o INE recolhe é reportada à época da adolescência do inquirido, a fase da vida em que a influência paternal nas estratégias educativas dos filhos é maior.

³⁴ Ambos indicadores resultam de variáveis compósitas. A construção dos recursos socioeconómicos seguiu os mesmos critérios usados no IEFA. A construção dos recursos tecnológicos resulta do cálculo da média de respostas de cada indivíduo a 3 variáveis, relacionadas com o acesso às TIC em casa (acesso a computador, internet e acesso por banda larga), revelando consistência interna (alpha Cronbach=0,949).

Tendo-se constatado dificuldades em aplicar a tipologia de lugares de classe ACM³⁵, tanto no IEFA como no IUTICF, pelo nível reduzido de detalhe da profissão (seja para o inquirido, seja para os seus pais), optou-se por construir um índice para os recursos socioeconómicos do próprio e outro para os recursos de origem. Esta opção permitiu ampliar a multidimensionalidade dos índices de recursos socioeconómicos, na medida em que não tem em conta apenas a posição dos indivíduos face ao trabalho, mas também as qualificações escolares. E como Costa refere, “um indicador socioprofissional não esgota todo o conteúdo do conceito de classe social (...)” (Costa; 2012: 44).

No que respeita ao índice dos recursos socioeconómicos de origem, os resultados da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), evidencia uma hierarquia na disposição das categorias das habilitações dos pais às quais estão associadas inserções profissionais distintas e, também elas, reveladoras de uma hierarquia em termos da complexidade das tarefas e competências envolvidas (Figura 3.1).

Figura 3.1 – Disposição das categorias de composição do índice de recursos socioeconómicos de origem



Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IEFA 2011 (INE, 2011b).

³⁵ Indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base na profissão e na situação perante a profissão, e cuja designação é formada pelas iniciais dos nomes dos seus autores: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Costa, 1999).

De um modo geral, verifica-se que, tanto para o pai como para a mãe, níveis de escolaridade mais elevados estão associados a profissões mais qualificadas ou pelo menos àquelas que envolvem menos trabalho manual. Em oposição, níveis de escolaridade mais baixos estão associados a profissões que requerem menos qualificações escolares³⁶.

Para a construção do índice de recursos socioeconómicos do próprio foi aplicado um procedimento igual ao usado para os recursos de origem, recorrendo a uma Análise de Correspondências Múltiplas. Os resultados obtidos com a aplicação deste método, quer à base IUTICF, quer à base IEFA, não revelaram diferenças, tendo-se identificado a existência de uma disposição hierárquica dos vários recursos envolvidos: o quintil de rendimento do agregado doméstico por adulto equivalente³⁷, o nível de escolaridade e a posição face ao trabalho (Figura 3.2). Maiores níveis de rendimento estão associados a níveis de escolaridade mais elevados, a posições socioprofissionais mais exigentes em termos de mobilização de conhecimento ou a profissões mais qualificadas; enquanto rendimentos mais baixos se associam a baixas qualificações escolares, a inserções socioprofissionais que exigem menos conhecimentos ou a profissões menos qualificadas.

A estrutura de recursos socioeconómicos do próprio, assim encontrada, mostra uma desigual distribuição de rendimentos entre os indivíduos, que se associa também a desiguais distribuições de recursos escolares e de inserções profissionais. Esta constatação dá relevo à existência de desigualdades multidimensionais e de “interseções de desigualdades, isto é, o facto de essas múltiplas desigualdades, ou pelo menos algumas delas, não só coexistirem na sociedade, mas se interligarem e se influenciarem mutuamente” (Costa, 2012: 80).

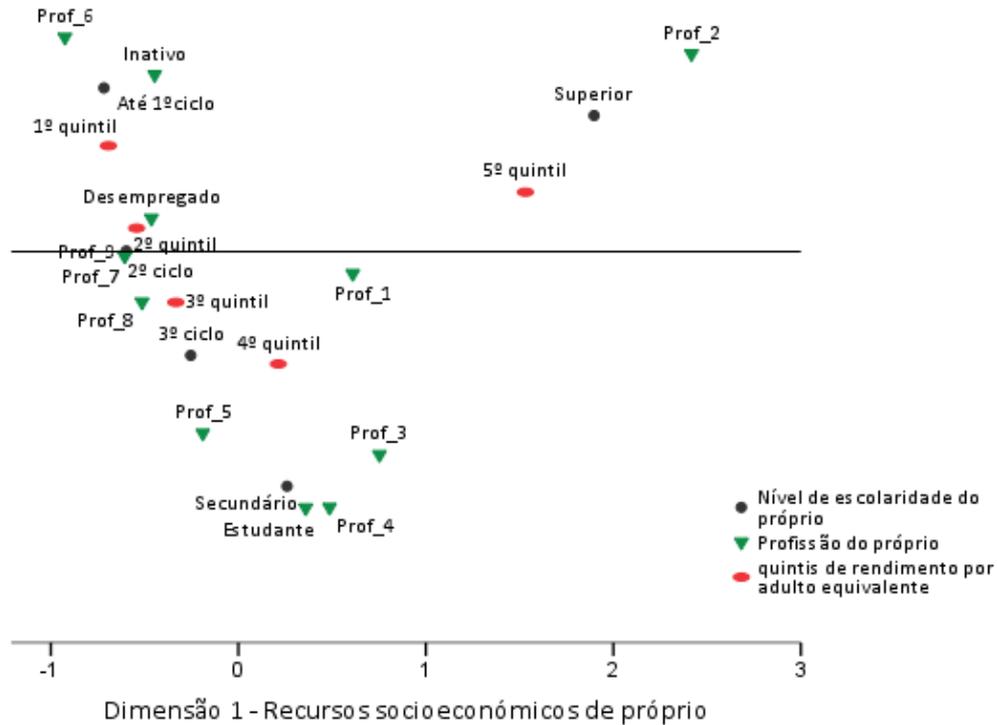
Comparando com a estrutura dos recursos socioeconómicos dos pais, situada à época da adolescência dos filhos, a estrutura dos recursos do próprio evidencia uma maior exigência de qualificações escolares para desempenhar profissões semelhantes às dos seus pais. Denota-se, assim, o efeito das dinâmicas que estão na origem da conceptualização de “sociedade do conhecimento”

³⁶ Legenda de profissões, de acordo com a CPP 2010: Prof_1 – Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; Prof_2 – Especialistas das atividades intelectuais e científicas; Prof_3 – Técnicos e profissões de nível intermédio; Prof_4 – Pessoal administrativo; Prof_5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; Prof_6 – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; Prof_7 – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; Prof_8 – Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; Prof_9 – Trabalhadores não qualificados.

³⁷ O rendimento recolhido diz respeito ao rendimento líquido mensal do agregado doméstico. Trata-se também de um rendimento por adulto equivalente porque reflete a aplicação de um procedimento que pretende ajustar o rendimento que é recolhido ao nível do agregado a cada um dos indivíduos que compõem, ultrapassando o problema de nem todos os membros do agregado auferirem rendimentos. Para tal é usada uma escala de equivalência modificada da OCDE que atribui diferentes ponderações aos indivíduos: o primeiro adulto (com 14 ou mais anos) tem a ponderação de 1, os restantes de 0,5 e as crianças com menos 14 têm uma ponderação de 0,3 (Costa, 2012).

(alargamento da escolarização e incorporação de conhecimento na atividade económica), que vieram colocar as qualificações escolares simultaneamente como recursos centrais e fatores geradores de oportunidades de vida (Costa, 2012).

Figura 3.2 – Disposição das categorias de composição do índice de recursos socioeconómicos do próprio³⁸



Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IEFA 2011 (INE, 2011b).

³⁸ Ver legenda de profissões associada à nota 36.

CAPÍTULO IV – PARA A INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. Introdução

Este estudo pretende contribuir para o conhecimento do modo como se posiciona a sociedade portuguesa no modelo organizacional global em expansão, apelidado por muitos de “sociedade da informação”. Para o efeito, a análise centra-se na utilização da ferramenta tecnológica considerada simultaneamente como motor e símbolo desta organização social – a internet – e pretende verificar a forma como a população portuguesa está a incorporar esta tecnologia na sua vida quotidiana.

A medição da inclusão na sociedade da informação por via do uso da internet, efetuada apenas em termos da distinção dos indivíduos em função do contacto que declaram ter com a tecnologia (usa *versus* não usa), pouco nos revela sobre a forma como estes a incorporam na sua vida quotidiana. Para ultrapassar esta limitação associada a distinções dicotómicas de *fosso digital*, foram também consideradas na análise as diferentes intensidades com que as pessoas utilizam a internet.

Recuperando os contributos teóricos referidos no primeiro capítulo, a expansão da internet pelas sociedades está a mostrar-se um fenómeno desigual, na medida em que está a ser afetada pelas desigualdades sociais existentes. A expansão da internet está a favorecer os que detêm mais recursos económicos e escolares, porque são essencialmente estas as condições que permitem ter acesso à tecnologia e utilizá-la a favor dos interesses pessoais. Como a utilização que é feita da internet depende em larga medida de fatores sociais, independentemente de se operacionalizar o conceito de “inclusão na sociedade da informação” com base na abordagem de *fosso digital* ou de *integração digital*, o objetivo central da análise visou o conhecimento acerca das condições sociais que influenciam e favorecem a utilização e a apropriação da internet, e que, simultaneamente, permitirão ajudar a traçar o perfil dos utilizadores e dos não utilizadores da internet.

O posicionamento da população portuguesa e, conseqüentemente, a posição de Portugal face à sociedade da informação, foi assim aferido pelo uso e apropriação que a população faz da internet. Esta aferição é efetuada com base na aplicação de três modelos de análise complementares, apresentados no capítulo anterior, e cujos resultados se expõem nos subcapítulos seguintes.

O primeiro modelo é aplicado ao IUTICF e tem como objetivo central identificar as características da posição social dos indivíduos que mais se associam à utilização da internet (definida numa perspetiva de *fosso digital*).

Com o segundo modelo, aplicado ao IEFA, a inclusão na sociedade da informação é também operacionalizada recorrendo à abordagem de *fosso digital* e, embora se pretenda também proceder à identificação dos determinantes para a utilização da internet, o objetivo central é analisar o efeito das estratégias de aprendizagem ao longo da vida enquanto fator de mediação entre a posição social dos indivíduos e a utilização da internet.

Atendendo à importância que as qualificações escolares e as competências apresentam na época atual, enquanto recursos centrais para a vida em sociedade e enquanto meios geradores de

oportunidades de vida, e atendendo também à importância que estes recursos adquirem para uma utilização profícua da internet, as estratégias de formação contínua – porque permitem a aquisição de competências e frequentemente também proporcionam o contacto com as TIC – poderão influenciar o uso da internet, contribuindo para diminuir o efeito tendencialmente negativo que uma posição social menos favorável poderá apresentar na utilização desta tecnologia.

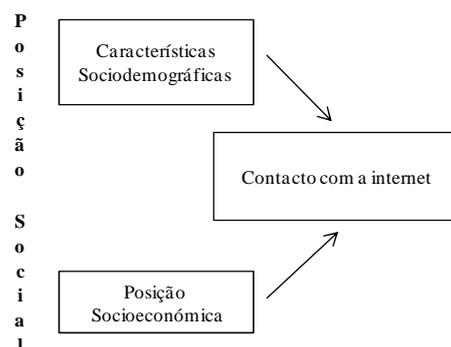
O terceiro e último modelo de análise centra-se apenas no grupo dos utilizadores da internet, pretendendo estudar a intensidade de utilização da tecnologia (que apenas o IUTICF possibilita), e que se entende como indicador mais adequado, que o usado nos modelos anteriores, para avaliar a apropriação da tecnologia para a vida quotidiana. Serão identificadas as condições sociais associadas a um uso mais intenso desta tecnologia, averiguando acerca da existência de semelhanças entre estas e as que determinam o contacto com a tecnologia.

4.2. Posicionamento face à Internet: identificação das condições sociais que favorecem o contacto com a tecnologia

O modelo em análise que aqui se apresenta (Figura 4.1) pretende identificar os fatores que potenciam o uso da internet, aferindo em que medida a posição que os indivíduos ocupam na sociedade condiciona o uso da internet e a inclusão na sociedade da informação. Dos 5 786 indivíduos que constituem a amostra usada para esta análise, 68,1% revelam já ter utilizado internet e 31,9% indicam nunca ter tido contacto com a tecnologia.

As variáveis usadas para definir a posição social neste modelo são variáveis de caracterização sociodemográfica (sexo, idade, dimensão da localidade de residência e variáveis relativas à tipologia da família) e de caracterização socioeconómica (recursos socioeconómicos e tecnológicos).

Figura 4.1 – Modelo de análise da inclusão na sociedade da informação (IUTICF)



Para testar este modelo foi aplicada uma regressão logística binária e os resultados obtidos (Quadro 4.1) evidenciam que o modelo testado é significativo ($\chi^2 (10) = 4466,301, p < 0,001$).

Há que destacar que ser homem, ser mais jovem e não ser casado aumenta a possibilidade de usar a internet ($B=0,432, p < 0,001$; $B=-0,096, p < 0,001$; $B=-0,447, p < 0,001$, respetivamente). Também

ter mais recursos socioeconómicos e ter mais tecnologias em casa potencia o uso da internet ($B=2,656$, $p<0,001$; $B=0,805$, $p<0,001$, respetivamente). Estes são, a par da idade, os fatores melhor correlacionados com a possibilidade de se usar a internet.

Confirmam-se assim duas das hipóteses definidas: associados ao uso da internet estão os mais jovens (hipótese 2) e também aqueles que apresentam uma posição socioeconómica mais favorável (hipótese 1).

A influência dos recursos socioeconómicos³⁹ e da idade na utilização da internet poderá ser reveladora das desigualdades estruturais que têm sido apontadas à sociedade portuguesa, sendo esta caracterizada como uma “sociedade dual”, essencialmente pela existência de uma desigual distribuição dos recursos educativos associada a diferentes gerações. Na medida em que a internet é um fenómeno recente, a circunstância de ser mais velho acumula desvantagens no que ao uso desta tecnologia diz respeito. Os mais velhos estão, regra geral, associados a níveis de escolaridade mais baixos, porque ingressaram no sistema de ensino antes do 25 de Abril de 1974, sistema orientado por um Estado ditatorial com uma visão restritiva no que respeita à escolarização da população, não sendo também de estranhar encontrar, entre os que cresceram nestas circunstâncias, indivíduos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola (Cardoso *et.al*, 2015).

Por outro lado, níveis de escolaridade mais baixos estão associados a baixas competências de literacia (leitura, escrita e cálculo), a uma menor apetência por desenvolver e aprofundar conhecimentos, bem como por desenvolver atividades (profissionais ou de outro tipo) com maior exigência cognitiva (Cardoso *et.al*, 2015). E este facto, acrescido de não terem, como os mais jovens, beneficiado do contacto precoce com tecnologias de base microeletrónica, nem de um percurso escolar e profissional onde o computador e internet são ferramentas de estudo e de trabalho, torna os mais velhos mais afastados da internet, não só pela ausência das competências que permitem usar, mas também pela ausência de contextos de socialização com a tecnologia.

Relativamente à existência de tecnologias da informação e da comunicação em casa (concretamente, computador, acesso à internet e acesso por banda larga), esta variável foi considerada no modelo enquanto consumo que reflete e ajuda a definir a posição socioeconómica dos indivíduos, uma vez que os recursos económicos tendem a determinar a capacidade de adquirir bens de consumo. A sua influência positiva no posicionamento face ao uso da internet vem, assim, reforçar o pressuposto sobre a capacidade da posição socioeconómica discriminar os indivíduos no domínio da internet. Os que detêm mais recursos socioeconómicos têm uma maior possibilidade de usar a internet, seja em termos da sua posição na estrutura de ocupações, seja pela capacidade de aquisição de condições de acesso à tecnologia que essa posição proporciona.

³⁹ Recorde-se que o índice de recursos socioeconómicos tem na sua composição variáveis que representam recursos económicos e educativos, e que, por sua vez, refletem e influenciam a posição do indivíduo na estrutura de ocupações: profissão, condição perante o trabalho, rendimento do agregado por adulto equivalente e escolaridade.

Quadro 4.1 – Determinantes da inclusão na sociedade da informação

Variáveis independentes	Contacto com a internet		
	B	S.E.	R semiparcial
Sexo masculino	0,432***	0,090	0,045
Idade	-0,096***	0,005	-0,227
Dimensão da localidade	0,127*	0,055	0,039
Ser casado	-0,447***	0,103	-0,022
Dimensão do agregado familiar	-0,241***	0,056	-0,063
Nº de crianças até 15 anos	0,143	0,077	0,041
Nº de estudantes com 16-24 anos	0,139	0,121	0,008
Nº de indivíduos com mais de 64 anos	0,381***	0,082	0,053
Índice de recursos socioeconómicos do próprio	2,656***	0,116	0,243
Nº de tecnologias em casa (pc, internet, banda larga)	0,805***	0,037	0,311
Constante	5,083***	0,319	
	$\chi^2 (10) = 4466,301$ ***		

$R^2_{CS}=0,538$; $R^2_N=0,729$; $R^2_{MF}=0,577$

* $p<0,05$ *** $p<0,001$

Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IUTICF 2012 (INE, 2012b).

Por outro lado, pressupondo que a utilização é o objetivo que está subjacente à aquisição da tecnologia, a existência destas tecnologias indicia, pelo menos, a presença em casa de pessoas que as utilizam. E desta forma, a existência de tecnologias em casa poderá ajudar a atenuar o efeito das restantes dimensões da posição social, por facultar um contexto de socialização com a tecnologia, o auxílio na aprendizagem da utilização da internet, e a consciencialização para a utilidade do seu uso que a presença em casa de pessoas que utilizam as tecnologias poderá proporcionar. Como refere Cardoso *et.al*,

(...) uma vez disponibilizado o acesso à internet a partir de casa, vários membros do agregado familiar tendem a utilizá-lo. (...) Este facto aponta para o considerável potencial dos contextos domésticos na expansão dos níveis de utilização da internet por parte de grupos que à partida poderiam estar mais afastados deste tipo de tecnologia. (Cardoso *et.al*, 2015: 143).

O indicador da localidade de residência também apresenta um efeito significativo no posicionamento dos indivíduos face à utilização da internet ($B=0,127$, $p<0,05$), pelo que residir em localidades mais densamente povoadas tende a aumentar a possibilidade de usar a internet (embora seja um fator com uma correlação muito baixa). Esta situação deverá ser o resultado de outra característica estrutural da sociedade portuguesa, evidenciada nos “(...) fortes desequilíbrios regionais, que se manifestam não só em termos da densidade populacional, mas também (...) nas acessibilidades, nas oportunidades de emprego, no acesso à educação, à saúde ou à cultura (...)” (Cardoso *et.al*, 2015: 64) e, conseqüentemente, também na infraestrutura que permite o acesso à internet. Pelo que, a

infraestrutura tecnológica existente nessas zonas deverá favorecer o contacto dos seus residentes com a tecnologia, seja pela possibilidade de disporem dela em casa, seja pela existência de uma rede mais alargada de pontos de acesso à internet sem fios e locais públicos com acesso a computador e internet.

Os únicos fatores que não apresentam efeito significativo estão relacionados com a presença de crianças e jovens estudantes ($p>0,05$). Assim, e contrariamente ao que se colocou como hipótese (hipótese 3), a existência de crianças em casa não influencia o uso da internet. A convivência com jovens, mesmo com aqueles que estão na condição de estudante e que terão porventura maior contacto com a internet nas escolas, não parece potenciar a socialização com a internet para outros membros do agregado familiar.

Pelo contrário, a presença em casa de pessoas com 65 ou mais anos, faixa etária caracterizada pela transição de uma posição ativa em termos económicos para a condição de reformado, aumenta a possibilidade de usar internet ($B=0,381, p<0,001$).

A base IUTICF utilizada nesta análise não permite caracterizar os idosos que habitam com o indivíduo que responde, pelo que apenas se poderão apresentar hipóteses de interpretação deste resultado. O efeito positivo que a existência de pessoas mais idosas em casa tem na utilização da internet poderá estar relacionado com o próprio posicionamento que estes idosos apresentam face à internet, seja porque têm uma visão positiva daquela tecnologia, seja porque também a utilizam, ou porque, mesmo não a usando ou não a sabendo usar, têm necessidade de “aceder” à internet, recorrendo para o efeito ao apoio das pessoas com quem coabitam.

As necessidades dos idosos poderão constituir-se como estímulo que promove a mobilização para o uso da internet. Existindo cada vez mais serviços disponibilizados na internet – seja na relação com o Estado e outros organismos públicos, seja para a aquisição de bens e serviços ou para o contacto com familiares que estão fora do país – a consciencialização da necessidade, utilidade e “facilitação” da internet para as rotinas e obrigações quotidianas poderá levar a que os indivíduos se mobilizem para o seu uso, mesmo que para suprir uma necessidade de outra pessoa. E analisando neste sentido, os resultados obtidos parecem demonstrar que a consciencialização da utilidade da tecnologia fomenta o seu uso, indo ao encontro do que Katz e Rice argumentam: “(...) when people see the benefits of the Internet as meaningful to them, they often activate themselves to gain access.” (2002: 84).

Ainda que possam não deter as condições que favoreçam o uso da tecnologia, os mais velhos poderão ser, assim, protagonistas de um contacto indireto com a tecnologia. Tal como Castells refere, na sociedade atual “(...) mesmo que você não se relacione com as redes, as redes vão relacionar-se consigo. Enquanto quiser continuar a viver em sociedade, neste tempo e neste lugar, terá de lidar com a sociedade em rede. Porque vivemos na Galáxia Internet.” (Castells, 2004b: 325).

A pertença a famílias menos numerosas aumenta também a possibilidade de usar a internet ($B=-0,241, p<0,001$). Este facto, a par do efeito da situação conjugal, revela a influência da tipologia da família a que se pertence e das responsabilidades familiares daí decorrentes. Parece evidenciar-se

que quanto menos responsabilidades conjugais e parentais existirem, por se pertencer a um núcleo familiar mais pequeno ou por não se ser casado, maior a possibilidade de usar internet. A interpretação deste resultado poderá residir na adoção da internet como estratégia para minimizar situações de solidão decorrentes da pertença cada mais frequente a estas tipologias familiares, fruto das alterações na estrutura familiar dos últimos anos, com a diminuição dos casamentos e aumento dos divórcios (Cardoso *et.al*, 2015).

Ainda que a existência de crianças não tenha influência na utilização da internet, o contexto familiar, enunciado na hipótese 3, demonstra ter efeito na probabilidade de usar a internet, sendo, contudo, a existência de idosos e a pertença a agregados familiares mais pequenos que aumentam esta probabilidade.

4.3. Utilização da internet, posição social e o papel mediador da adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida

Para averiguar o efeito de mediação da participação em atividades de educação e formação na relação entre a posição social e a inclusão na sociedade da informação (Figura 4.2), foi testado um modelo de mediação através de dois métodos paramétricos: o método proposto por Baron e Kenny (1986) e o teste de Sobel. Para implementar os passos sistematizados por Baron e Kenny foi realizada a Regressão Logística Binária, porque a variável dependente contacto com a internet é uma variável binária (usa internet *versus* não usa internet). O teste de Sobel foi usado para testar diretamente o efeito indireto, isto é, o efeito da variável independente na variável dependente através da mediadora. Para a implementação dos testes aos diversos efeitos – efeito total, efeito direto e efeito indireto – foi usada a macro escrita por Hayes (2013, disponível em <http://www.processmacro.org/>) e explicada por Preacher e Hayes (2004). Esta macro permite inclusive fazer o teste de Sobel em modelações com variável dependente binária, como é o caso. O modelo de mediação foi testado sobre a base de dados do IEFA.

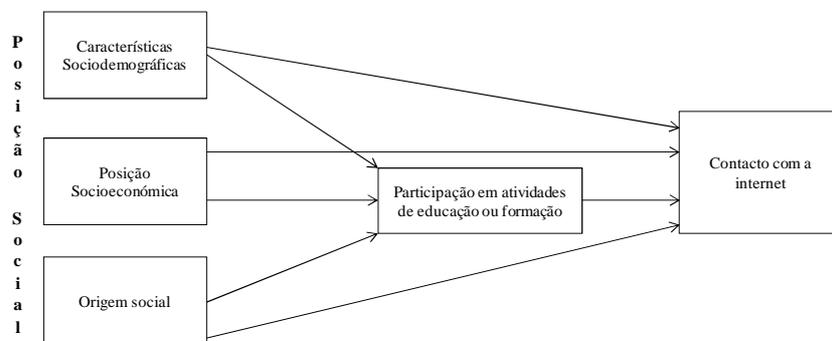
Dos 14188 indivíduos que compõem a amostra utilizada para esta análise, 65,4% são utilizadores da internet, enquanto 34,6% revelam nunca ter tido contacto com esta tecnologia. São proporções muito semelhantes às verificadas na base de dados do IUTICF, analisada anteriormente (onde 68,1% utilizam internet e 31,9% não utilizam).

Da análise da relação entre a posição social e a utilização da internet verifica-se que, à exceção das variáveis ser casado e dimensão do agregado familiar, todas as outras têm efeito significativo na utilização da internet, obtendo-se assim resultados diferentes relativamente ao modelo testado com a base IUTICF.

A idade apresenta um efeito negativo na utilização da internet, o que indicia que a senioridade não promove a utilização da internet ($B=-0,100$, $p<0,001$). Entre os indivíduos que residem em localidades mais povoadas, a possibilidade de utilizar internet é maior ($B=0,122$, $p<0,001$), assim como entre os indivíduos do sexo masculino ($B=0,281$, $p<0,001$). Constata-se, portanto, a existência

de um contraste na distribuição territorial dos utilizadores da internet, da presença de desigualdades geracionais e de género no uso da tecnologia.

Figura 4.2 – Modelo de mediação da participação em atividades de educação ou formação na relação entre a posição social e a inclusão na sociedade da informação (IEFA)



As posições socioeconómicas mais favoráveis estão também associadas à utilização da internet. É entre os que detêm maiores recursos socioeconómicos, entre os que provêm de famílias com mais recursos e entre os que mais participam em atividades culturais que a possibilidade de usar internet se apresenta superior ($B=2,418, p<0,001$; $B=0,666, p<0,001$; $B=0,539, p<0,001$, respetivamente).

Verifica-se então, tal como no IUTICF, que a juventude e uma posição socioeconómica mais favorável têm um efeito positivo na utilização da internet, o que reforça a validação das duas primeiras hipóteses formuladas, sendo também os fatores mais correlacionados com a utilização da internet. Este dado reforça a interpretação já efetuada no subcapítulo anterior, colocando de novo em destaque um traço estrutural da sociedade portuguesa: a desigualdade geracional espelha a desigual distribuição dos recursos socioeconómicos entre os indivíduos, sendo os mais jovens que mais frequentemente se associam a níveis de escolaridade mais elevados e inserções profissionais mais exigentes em termos de mobilização de conhecimento e que proporcionam melhores recursos económicos.

No que se refere ao efeito das variáveis independentes na participação em atividades de educação ou formação (variável mediadora), observa-se que apenas as variáveis ser casado, dimensão do agregado familiar e número de crianças até 15 anos não têm efeito significativo (Figura 4.3), ou seja, o contexto familiar não influencia uma menor ou maior participação nestas atividades.

O sexo e a idade têm efeito negativo na variável mediadora ($B=-0,192, p<0,001$; $B=-0,028, p<0,001$, respetivamente). Ser homem e ser mais velho são condições que não favorecem a participação em atividades de educação ou formação.

Quadro 4.2 – Efeito de mediação da participação em atividades de educação ou formação

Variáveis independentes e variável mediadora	Contacto com a internet					
	Efeito total (c)		Efeito directo (c')		Efeito indirecto (ab)	
	B	S.E.	B	S.E.	B	S.E.
Sexo masculino	0,281***	0,054	0,418***	0,057	-0,087***	0,013
Idade	-0,100***	0,003	-0,097***	0,003	-0,013***	0,001
Dimensão da localidade	0,122***	0,035	0,077*	0,036	0,049***	0,009
Ser casado	-0,107	0,064	-0,122	0,067		
Dimensão do agregado familiar	-0,036	0,028	-0,039	0,029		
Nº de crianças até 15 anos	0,120**	0,046	0,091	0,048		
Índice de origem social	0,666***	0,073	0,622***	0,073	0,028***	0,008
Índice de recursos socioeconómicos do próprio	2,418***	0,072	2,311***	0,075	0,223***	0,013
Índice de participação em atividades culturais	0,539***	0,022	0,404***	0,023	0,193***	0,009
Índice de participação em atividades de educação ou formação			0,455***	0,020		
Constante	4,657***	0,198	4,085***	0,206		

$R^2_{CS}=0,539$; $R^2_N=0,728$; $R^2_{MF}=0,574$

* $p<0,05$ ** $p<0,01$ *** $p<0,001$

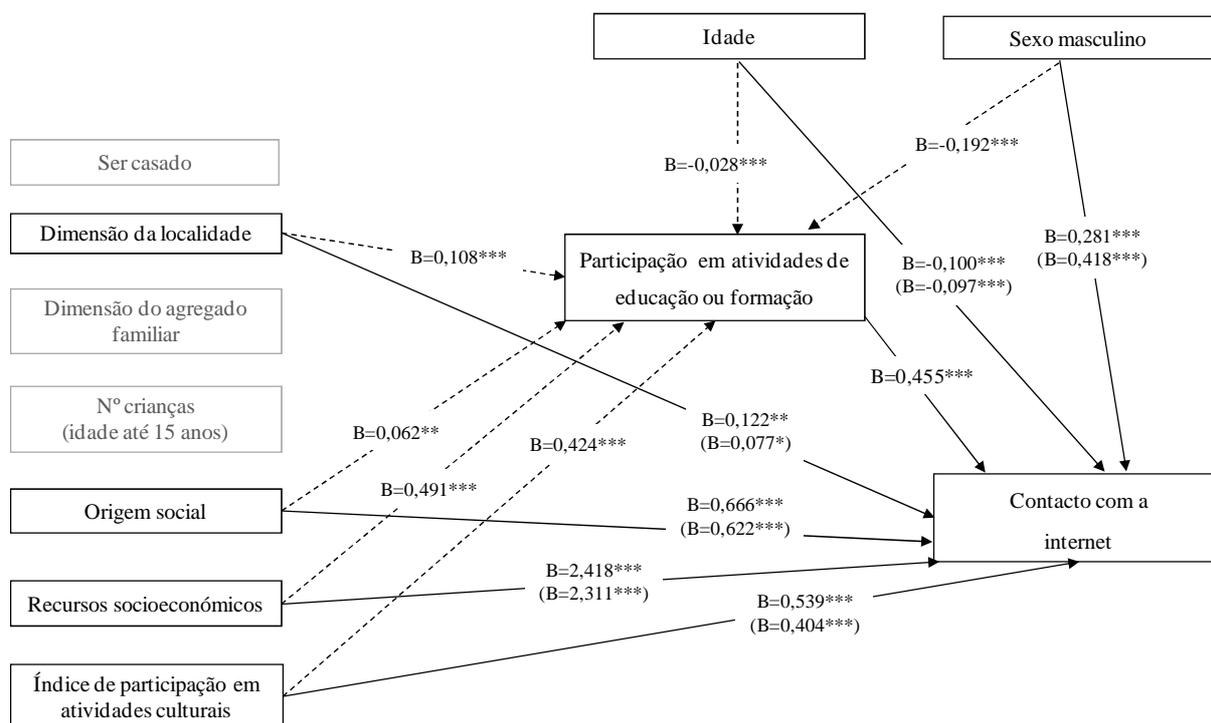
Nota: o efeito das variáveis independentes na variável mediadora (a) está assinalado na Figura 4.1.

Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IEFA 2011 (INE, 2011b).

Viver em áreas mais densamente povoadas, possuir ou ser proveniente de famílias com mais recursos socioeconómicos, bem como uma maior participação em atividades culturais, contribui para aumentar a participação em atividades de aprendizagem ($B=0,108$, $p<0,001$; $B=0,491$, $p<0,001$; $B=0,062$, $p<0,01$; $B=0,424$, $p<0,001$, respetivamente). Verifica-se também que a variável mediadora participação em atividades de educação ou formação contribui para aumentar a possibilidade de usar a internet ($B=0,455$, $p<0,001$). Dir-se-ia que a aprendizagem ao longo da vida funciona como um reforço para potenciar o contacto com a internet.

Como se pode observar no Quadro 4.2 e na Figura 4.3, não obstante a presença da mediadora no modelo, as variáveis sexo, idade, dimensão da localidade de residência, origem social, posição socioeconómica e participação em atividades culturais preservam um efeito direto significativo na variável dependente. Isto significa que, apesar de existir uma cadeia de efeitos (através da mediadora), ainda assim, as variáveis independentes referidas continuam a ter efeito direto significativo (coeficientes de regressão B indicados entre parêntesis na Figura 4.3) na utilização da internet. Está-se, pois, perante um efeito de mediação, mas parcial.

Figura 4.3 – Representação do efeito de mediação da participação em atividades de educação ou formação



* $p<0,05$ ** $p<0,01$ *** $p<0,001$

Nota: Os coeficientes entre parêntesis reportam o efeito direto.

Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IEFA 2011 (INE, 2011b).

Testado o efeito indireto (ab) através do teste de Sobel (Quadro 4.2), pode afirmar-se que o sexo e a idade, assim como viver em áreas mais densamente povoadas, ser proveniente de famílias com mais recursos socioeconómicos, deter mais recursos e participar mais em atividades culturais tem um efeito significativo na possibilidade de usar a internet, através de maiores níveis de participação em atividades de educação ou formação ($B=-0,087$, $p<0,001$; $B=-0,013$, $p<0,001$; $B=0,049$, $p<0,001$; $B=0,028$, $p<0,001$; $B=0,223$, $p<0,001$; $B=0,193$, $p<0,001$, respetivamente). Conclui-se, assim, que, apesar das variáveis independentes influenciarem diretamente a utilização da internet, essa influência é reforçada pela adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida.

A senioridade está associada a uma menor participação em atividades de educação ou formação e, em consequência, o seu efeito, quer direto, quer indireto (Figura 4.3) na possibilidade de usar a internet é negativo. Os mais velhos desenvolvem menos estratégias de aprendizagem ao longo da vida e tendem a usar menos a internet.

Com a variável sexo verifica-se um comportamento diferente: os homens têm uma menor propensão para participar em atividades de educação ou formação, mas essa menor participação não diminui a possibilidade de estes usarem a internet.

Uma maior participação em atividades de educação ou formação aumenta a possibilidade de usar internet para os indivíduos que residem em localidades mais povoadas (zonas que, à partida, concentram mais infraestrutura, serviços e recursos) e para os que têm uma posição socioeconómica mais favorável (por via dos recursos socioeconómicos de origem ou próprios, ou por um maior consumo cultural).

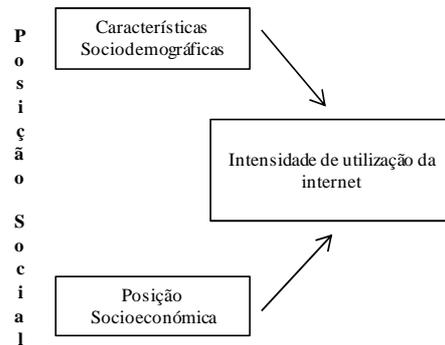
Em síntese, verificou-se que a adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida favorece a utilização da internet. Contudo, na presença da mediadora no modelo, as variáveis sexo, idade, dimensão da localidade, origem social, recursos socioeconómicos e participação em atividades culturais preservam um efeito direto no contacto com a internet (variável dependente).

Retomando a hipótese 4, que afirma que *a adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida favorece o uso da internet e contribui para minorar o efeito das desigualdades de posição social*, verifica-se que, de facto, o efeito direto das desigualdades de posição social diminui na presença da mediadora participação em atividades de educação ou formação (e por isso se refere a existência de uma mediação parcial). Mas, ainda assim, o efeito direto continua a ser superior ao efeito indireto, e a posição social continua a ser determinante na possibilidade de utilizar internet.

4.4. Apropriação da internet na vida quotidiana

Como referido na introdução deste capítulo, a frequência ou intensidade com que as pessoas utilizam a internet é usada como indicador da forma como estas se apropriam da tecnologia e a incorporam na sua vida quotidiana. O modelo usado (Figura 4.4) pretende compreender de que modo a posição social, medida por variáveis de caracterização sociodemográfica (sexo, idade, dimensão do local de residência e tipologia de família) e socioeconómica (recursos socioeconómicos e tecnológicos), influencia a intensidade de utilização da internet, identificando os fatores sociais que favorecem um uso mais intenso da tecnologia.

Figura 4.4 – Modelo de análise da intensidade de utilização da internet (IUTICF)



No IUTICF a maioria disse ter utilizado a internet todos ou quase todos os dias (68,3%); decrescendo para 16,0% quem utilizou pelo menos uma vez por semana, durante os primeiros 3 meses do ano do inquérito.

Quadro 4.3 – Intensidade de utilização da internet

Intensidade da utilização	%
<i>Menos intensa</i>	
Utilizou há mais de um ano	3,0
Utilizou no ano anterior	5,1
Menos de uma vez por mês nos últimos 3 meses	2,6
Pelo menos uma vez por mês nos últimos 3 meses	5,0
Pelo menos uma vez por semana nos últimos 3 meses	16,0
Todos os dias ou quase todos os dias nos últimos 3 meses	68,3
<i>Mais intensa</i>	
Total	100,0

Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IUTICF 2012 (INE, 2012b).

Para analisar a relação entre o perfil social dos utilizadores e a intensidade da utilização da internet foram usadas medidas de associação e de coeficientes de correlação.

Quadro 4.4 – Associação entre o perfil social dos utilizadores da internet e a intensidade de utilização da internet

Variáveis independentes	Intensidade de utilização da internet
	Rho Spearman
Sexo	0,050 ¹⁾
Idade	-0,201***
Dimensão da localidade	0,151***
Ser casado	0,122 ¹⁾ ***
Dimensão do agregado familiar	0,017
Nº de crianças até 15 anos	0,000
Nº de estudantes com 16-24 anos	0,063***
Nº de indivíduos com mais de 64 anos	-0,053*
Índice de recursos socioeconómicos do próprio	0,461***
Nº de tecnologias em casa (PC, internet, banda larga)	0,421***

* $p < 0,05$ *** $p < 0,001$

1) Coeficiente V de Cramer

Fonte: Cálculos próprios a partir de dados do IUTICF 2012 (INE, 2012b).

Pela análise do Quadro (4.4) verifica-se que o sexo, pertencer a agregados familiares mais numerosos ou onde existam crianças até aos 15 anos não tem associação com a intensidade com que se utiliza a internet ($p > 0,05$). Constata-se, assim, que nesta análise mais específica na qual se atende à intensidade da utilização, o sexo não se afigura como fator diferenciador, ao contrário do que aconteceu nas modelações anteriores, nas quais foi contrastado usar ou não a internet. Pode então admitir-se que quando ambos os pares têm acesso, tendem a fazer uma utilização semelhante da internet no que respeita à forma como dela se apropriam e incorporam na vida quotidiana.

Os restantes fatores apresentam correlação significativa com a intensidade de utilização da internet. Os indicadores de posição socioeconómica, como a posse de recursos socioeconómicos e de tecnologias em casa, são os fatores mais correlacionados com a intensidade da utilização da internet, apresentando uma correlação positiva e moderada⁴⁰. Quanto maiores os recursos socioeconómicos e tecnológicos detidos, maior será a intensidade com que se utiliza internet (Rho=0,461, $p < 0,001$; Rho=0,421, $p < 0,001$, respetivamente).

Ser mais jovem, residir em localidades mais povoadas e coabitar com estudantes entre os 16 e os 24 anos são fatores que, embora apresentem correlações tendencialmente baixas, estão também associados a usos mais intensos da internet (Rho=-0,201, $p < 0,001$; Rho=0,151, $p < 0,001$; Rho=0,063, $p < 0,001$, respetivamente).

⁴⁰ De acordo com a grelha de interpretação da intensidade da correlação proposta por Cohen e Holliday (1982).

Verifica-se, tal como no estudo do posicionamento face à internet, que a idade e os recursos socioeconómicos são fatores diferenciadores para uma utilização mais intensa da tecnologia. A confirmação das duas primeiras hipóteses formuladas é assim consubstanciada pela análise da intensidade de utilização da internet.

Quanto à presença de idosos, que revelava efeito significativo e positivo na possibilidade de usar a internet, verifica-se agora que a presença destas pessoas não favorece um uso mais intenso desta tecnologia ($Rho=-0,053$, $p<0,05$).

A presença de crianças com menos de 16 anos não se afigura como fator significativo na possibilidade de usar a internet e também não está correlacionada com a intensidade com que a mesma é usada ($p>0,05$).

Se na análise centrada na diferenciação entre usar ou não a internet a presença de jovens estudantes (16-24 anos) na família não influencia a possibilidade de contacto com a internet, o mesmo não acontece quando se analisa a sua associação com a intensidade de utilização da internet ($Rho=0,063$, $p<0,001$). Como explicação deste resultado, e uma vez que não se dispõe de informação que permita caracterizar os jovens que habitam com o respondente, admite-se que os estudantes são utilizadores efetivos da tecnologia, porque, tendo em conta a incorporação das TIC no sistema de ensino atual, estes têm de se relacionar com elas na escola.

O incentivo à utilização para os que coabitam com estudantes desta faixa etária poderá ficar a dever-se às necessidades e interesses dos estudantes, quer sejam escolares ou extraescolares. O facto de o estudante ter necessidade de usar computador e internet para trabalhos escolares, para aceder a conteúdos educativos, para se matricular no sistema de ensino ou para comunicar com amigos, poderá impulsionar a aquisição da tecnologia para o contexto doméstico. E, como tivemos oportunidade de verificar na análise levada a cabo no subcapítulo 4.2, a presença de tecnologias em casa tende a desencadear o uso por parte dos residentes.

Mesmo que a existência de tecnologias em casa não tenha sido motivada pela presença dos estudantes, estes, enquanto utilizadores, deverão ter um papel importante para a socialização das restantes pessoas do agregado com a internet, proporcionando o contexto e a aprendizagem das competências tecnológicas, necessários para uma utilização mais intensa da internet.

CONCLUSÃO – A CENTRALIDADE DAS QUALIFICAÇÕES E DOS CONTEXTOS DE SOCIABILIDADE PARA A INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Ao longo deste trabalho, procurou-se perceber de que forma a sociedade da informação se está a expandir no nosso país, avaliando-a pela utilização e apropriação que as pessoas fazem da internet, tecnologia com um papel central na organização social subjacente à conceptualização de sociedade da informação. Em particular, pretendeu-se averiguar em que medida esta expansão está a incluir toda a população ou, pelo contrário, está a limitar as oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento que aquela tecnologia potencia, em função das desiguais posições sociais dos indivíduos. Pretendeu-se ainda perceber se a adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida pode mediar a relação entre a posição social e o contacto com a internet, no sentido de contribuir para o aumento da probabilidade de usar esta tecnologia.

O enquadramento teórico e a análise de dados desenvolvidos neste trabalho permitiram perceber a importância que a internet e as qualificações escolares e profissionais adquirem no mundo contemporâneo, bem como apreender a existência de uma relação estreita entre estes dois recursos centrais. As tecnologias da informação e da comunicação, onde se inclui a internet, sustentaram tecnologicamente as relações económicas e sociais globais, e contribuíram para a difusão da informação e do conhecimento. Estas condições acarretaram mudanças não apenas no sistema económico, mas na organização social como um todo. A informação permite adaptar a produção às necessidades do mercado, mas para tal necessita de recursos humanos qualificados que a saibam gerir e processar. A aplicação reflexiva do conhecimento às práticas sociais permite a sua constante reformulação, verificando-se uma substituição da experiência e da prática pelo conhecimento especializado na tomada de decisões – tanto no trabalho, como na vida quotidiana – e uma alteração da estrutura de ocupações e dos princípios de estratificação social, onde os recursos centrais passam a ser as qualificações e as competências, em detrimento da posse dos meios de produção.

Verificou-se também que as desigualdades no acesso e uso da internet são influenciadas pelas desigualdades existentes em cada sociedade e que, apesar de a internet ser um recurso central para aceder ao conhecimento, a capacidade de usar esse conhecimento para necessidades e interesses pessoais e fazer escolhas informadas, depende não apenas do acesso à tecnologia, mas também das competências cognitivas de cada um. A análise empírica contribuiu para reforçar a reflexão teórica, revelando que as desigualdades de posição social influenciam a utilização da internet e demonstrando a importância que a formação, entendida em sentido amplo, adquire na adesão à internet.

Nos vários modelos testados, independentemente da base de dados usada (IUTICF ou IEFA) e da análise distinguir utilizadores de não utilizadores (fosso digital) ou avaliar diferenças na intensidade com que se utiliza a internet (integração digital), os fatores mais relacionados com a utilização da internet mostraram ser os recursos que definem a posição socioeconómica dos indivíduos (recursos socioeconómicos do próprio ou de origem, tecnológicos e consumos culturais), mas também a idade.

Confirmam-se, assim, duas das hipóteses formuladas, que afirmavam que *as posições socioeconómicas mais favoráveis estão associadas à utilização da internet* e que *os mais jovens têm maior predisposição para usar internet*. Poder-se-á assumir que, o traço estrutural que caracteriza a sociedade portuguesa e que associa diferentes experiências educativas e de emprego a diferentes gerações – tendencialmente favorecendo os mais jovens com qualificações escolares e profissionais mais elevadas – poderá estar a exercer influência nas oportunidades para utilizar internet. Esta teria sido uma interação interessante de explorar, caso os dados o permitissem. A própria juventude desta tecnologia poderá também estar a contribuir para reforçar o efeito desta clivagem, fazendo com que os mais jovens estejam também mais envolvidos em contextos de socialização com a internet, seja na escola ou no emprego.

A residência em localidades mais povoadas tanto se associa a um maior contacto com a internet, como a uma utilização mais intensa desta tecnologia. Situação que deverá ser o resultado de outra característica estrutural da sociedade portuguesa, que associa desiguais acessos a recursos e serviços a diferentes densidades populacionais, beneficiando as localidades mais povoadas. Será neste tipo de localidades que existirão mais e melhores infraestruturas e serviços de acesso à internet, condições que fomentarão o contacto e o uso mais intenso da tecnologia.

No que se refere à análise do fosso digital, ou seja, às condições sociais que distinguem os indivíduos em função do contacto que estes declararam ter com a internet, é ainda colocada em evidência uma desigualdade de género, que favorece os que pertencem ao sexo masculino. No entanto, este fator deixa de ser diferenciador da intensidade de utilização da internet, admitindo-se que, quando homens e mulheres são utilizadores, esbatem-se as diferenças na frequência de utilização da internet, tendendo a incorporá-la de forma semelhante na sua vida quotidiana.

As desigualdades na utilização da internet são influenciadas por desigualdades de recursos socioeconómicos, por desigualdades geracionais e por um contraste na distribuição territorial dos utilizadores da internet. Coloca-se, assim, em evidência a multidimensionalidade das desigualdades sociais que se verificam na adoção da internet e que, simultaneamente, condicionam o acesso à tecnologia e ao conhecimento aí armazenado – um recurso central na sociedade atual – contribuindo, por isso, para reforçar as desigualdades de posição social já existentes.

A análise dos dados do IEFA permitiu ainda aprofundar o conhecimento do impacto das qualificações na utilização da internet e compreender que, a desigual influência da posição social na adoção da internet, é reforçada pela adoção de estratégias de aprendizagem ao longo da vida. Ainda que uma maior participação em atividades de educação ou formação contribua para aumentar a possibilidade de utilizar a internet, e ainda que possa funcionar como meio de aquisição de competências e como contexto de socialização com a internet para os que estão mais afastados dela, a posição social continua a constituir-se como um importante determinante no uso desta tecnologia.

Relativamente à tipologia de família a que se pertence, e recuperando a hipótese formulada que sustentava que *o contexto familiar influencia o contacto com a internet, designadamente por via da*

presença de crianças em casa, pode concluir-se que, apesar de apenas na base IUTICF esta se ter revelado um determinante no uso da internet, a composição da família tem impacto na utilização da internet, ainda que de forma diferenciada consoante a análise que se faz da adoção da internet (fosso ou integração digital), e que a presença de jovens estudantes em casa apenas contribua para intensificar o uso que é dado à internet.

O facto de se ter menos responsabilidades familiares, por não se ser casado ou por se pertencer a famílias menos numerosas, tenderá a propiciar o contacto com a tecnologia como meio de ocupação do tempo livre e de combate ao isolamento. E os idosos presentes em casa poderão constituir-se como utilizadores indiretos da internet, promovendo a consciencialização da utilidade da tecnologia para os que com eles habitam. No que respeita à intensidade de utilização da internet, a influência do contexto familiar vai noutro sentido: as responsabilidades conjugais decorrentes de se ser casado não prejudicam o uso mais intenso da tecnologia e a presença de estudantes, tendendo estes a ser utilizadores efetivos da internet, terá um papel mais abrangente do que a consciencialização da utilidade da internet, fomentando mesmo o desenvolvimento de competências tecnológicas e usos mais intensos entre os restantes membros da família.

Os resultados mostram que o contacto e a incorporação da internet na vida quotidiana beneficiam da formação, entendida não apenas pelas qualificações escolares e profissionais detidas, mas também pelas aprendizagens não formais obtidas em variados contextos (familiares, escolares e profissionais) que propiciam o acesso, a socialização, a consciencialização da utilidade, e a utilização da tecnologia. Os que detêm uma posição social menos favorável e os que se encontram mais afastados de contextos de socialização com as TIC estarão, assim, mais distanciados da inclusão na sociedade da informação.

As conclusões traçadas permitiram alcançar um entendimento, tão preciso quanto possível, acerca dos fatores sociais que favorecem a utilização da internet e a inclusão na sociedade da informação. Mas a análise permitiu também encontrar algumas limitações na compreensão deste fenómeno, que podem ser transformadas em meios para promover o conhecimento e que se apresentam como pistas de investigação futura.

De modo a avaliar de forma mais abrangente a inclusão na sociedade da informação, dever-se-á centrar a análise não apenas na intensidade com que as pessoas incorporam a internet no seu dia-a-dia, mas também na extensividade com que dela se apropriam para desenvolver atividades quotidianas, projetos e trajetórias de vida. Dever-se-á também aprofundar o conhecimento das condições sociais que promovem a inclusão na sociedade da informação, detetando a existência de efeitos de interação entre as várias dimensões e indicadores que compõem a posição social dos indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Nuno de Almeida (2008), “Perfis dos utilizadores da internet em Portugal”, *Análise Social*, XLIII (3), pp. 603-625.
- Ávila, Patrícia (2005), *A Literacia dos Adultos: competências-chave na sociedade do conhecimento*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE (online), Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/577>, consultado em 20.05.2014.
- Ávila, Patrícia (2007), “Literacia e Desigualdades Sociais na Sociedade do Conhecimento”, em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.) (2007), *Sociedade e Conhecimento* (Portugal no Contexto Europeu, vol. II), Lisboa, Celta Editora, pp.21-44.
- Baron, Reuben M. e David A. Kenny (1986), “The Moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: conceptual, strategic and statistical considerations”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6), pp. 1173-1182, (online), Disponível em: <http://www.public.asu.edu/~davidpm/classes/psy536/Baron.pdf>, consultado em 18.08.2015.
- Bell, Daniel (1973), “Post-Industrial Society”, em Frank Webster (2005), *The Information Society Reader*, Londres, Routledge, pp. 86-102.
- Cardoso, Gustavo (2003), *Internet*, Lisboa, Quimera Editores.
- Cardoso, Gustavo *et.al* (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Cardoso, Gustavo *et.al* (2015), *A Sociedade em Rede em Portugal: uma década de transição*, Coimbra, Edições Almedina.
- Castells, Manuel (2000), *End of Millenium*, Oxford, Blackwell Publishers (2ª edição).
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2004a), “A Internet e a Sociedade em Rede”, em José Manuel Paquete de Oliveira, Gustavo Leitão Cardoso e José Jorge Barreiros (orgs.) (2004), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa, Quimera editores, pp.221-244.
- Castells, Manuel (2004b), *A Galáxia Internet – reflexões sobre internet, negócios e sociedade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2005), “A Sociedade em Rede”, em Gustavo Cardoso, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras, pp.19-29.
- Castells, Manuel (2006), “Sociedade em Rede: do conhecimento à política”, em Manuel Castells e Gustavo Cardoso (orgs.) (2006), *A Sociedade em Rede – do conhecimento à acção política*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.17-30, (online), Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf, consultado em 30.08.2011.
- Chen, Wenhong e Barry Wellman (2005), “Minding the Cyber-gap: the internet and social inequality”, em Mary Romero e Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell Publishing, pp. 523-545.
- Coelho, José Dias (2007), “De Bangemann ao Plano Tecnológico” em José Dias Coelho (Coord.), *Sociedade da Informação – o percurso português*, Lisboa, Edições Sílabo, pp.225-245, (online), Disponível em: <http://www.apdsi.pt/index.php?mact=News,cntnt01,detail,0&cntnt01articleid=546&cntnt01returnid=122>, consultado em 09.08.2015.

- Coelho, José Dias (2011), *Do Plano Tecnológico à Agenda Digital – cinco anos de tomadas de posição do grupo de alto nível da APDSI*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Cohen, Louis e Michael Holliday (1982), *Statistics for Social Scientists: an introductory text with computer programs in BASIC*, Londres, Harper Row.
- Compaine, Benjamin M. (ed.) (2001), *The Digital Divide: facing a crisis or creating a myth?*, Londres, The MIT Press.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2007), “Classes Sociais e Recursos Educativos: uma análise transnacional” em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.) (2007), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol II)*, Lisboa, Celta Editora, pp.5-20.
- Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Dimaggio *et.al* (2001), “Social Implications of the Internet”, *Annual Review of Sociology*, 27, pp. 307-336, *apud* James C. Witte e Susan E. Mannon (2010), *The Internet and Social Inequalities*, Nova Iorque, Routledge.
- Eurostat, *Information Society Statistics Database*, (online),
Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, consultado em 23.08.2015.
- Feather, John (1994), *The Information Society: a study of continuity and change*, Londres, Library Association Publishing.
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1997), *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*, Oeiras, Celta Editora.
- Hayes, Andrew F. (2013), *Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis: a regression-based approach*, Nova Iorque, Guilford Press.
- INE – Instituto Nacional de Estatística, *Base de Dados de Indicadores da Sociedade da Informação*, (online),
Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados, consultado em 07.08.2015.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011a), *Documento metodológico IEFA 2011*, Lisboa, INE (consulta a pedido).
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011b), *Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2011* [Base de Dados], 2011, Lisboa, INE, (consulta a pedido).
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012a), *Documento metodológico IUTICF 2012*, Lisboa, INE (consulta a pedido).
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012b), *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2012* [Base de Dados], 2012, Lisboa, INE, (consulta a pedido).
- Katz, E. James e Ronald E. Rice (2002), *Social Consequences of Internet Use: access, involvement and interaction*, Londres, The MIT press.
- Lyon, David (1992), *A Sociedade da Informação – questões e Ilusões*, Oeiras, Celta Editora.
- Marôco, João (2010), *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*, Pêro Pinheiro, ReportNumber.
- Masuda, Yoneji (1990), “Image of the Future Information Society”, em Frank Webster (2005), *The Information Society Reader*, Londres, Routledge, pp. 15-20.

- MSI-MCT – Missão para a Sociedade da Informação-Ministério da Ciência e da Tecnologia (1997), “Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal”, (online),
Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf>, consultado em 09.08.2015.
- Papacharissi, Zizi (2002), “The Virtual Public Sphere – the internet as a public sphere”, em Frank Webster (2005), *The Information Society Reader*, Londres, Routledge, pp. 379-392.
- Ponte, Cristina e Daniel Cardoso (s.a.), “Entre Nativos Digitais e Fossos Geracionais: questionando acessos, usos e apropriações dos novos *media* por crianças e jovens”, (online), Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs/ComunicacaoCP-DC-Juventude.pdf>, consultado em 17.11.2011.
- Poster, Mark (1990), *The Mode of Information – poststructuralism and social context*, Cambridge, Polity Press.
- Poster, Mark (2000), *A Segunda Era dos Media*, Oeiras, Celta Editora.
- Preacher, Kristopher. J. e Andrew Hayes (2004), “SPSS and SAS Procedures for Estimating Indirect Effects in Simple Mediation Models”, *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, 36 (4), pp. 717-731, (online),
Disponível em: http://kuscholarworks.ku.edu/dspace/bitstream/1808/1491/1/preacher_hayes_2004.pdf, consultado em 18.08.2015.
- Rodrigues, Maria de Lurdes e João Trocato da Mata (2003), “A Utilização do Computador e da Internet pela População Portuguesa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 161-178.
- Schiller, Herbert (1996), “Data Deprivation”, em Frank Webster (2005), *The Information Society Reader*, Londres, Routledge, pp.260-272.
- Slevin, James (2002), *Internet e Sociedade*, Lisboa, Temas e Debates.
- Stehr, Nico (1994) “The Economic Structure of Knowledge Societies”, em Frank Webster (2005), *The Information Society Reader*, Londres, Routledge, pp. 212-236.
- Therborn, Göran (2006), “Meaning, Mechanisms, Patterns, and Forces: an introduction”, em Göran Therborn (ed.) (2006), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Londres, Verso, pp. 1-58.
- Tilly, Charles (2005), “Historical Perspectives on Inequality”, em Mary Romero and Eric Margolis (eds.) (2005), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp. 15-30.
- Toffler, Alvin (1980), “The Third Wave”, Londres, Pan, *apud* David Lyon (1992), *A Sociedade da Informação – questões e Ilusões*, Oeiras, Celta Editora.
- UMIC-MCTES – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010), *A Sociedade da Informação em Portugal*, (online), Disponível em: http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes2/A_SI_em_PT_doc_trabalho_Maio_2010.pdf, consultado em 17.11.2011.
- Urry, John (2000), “Mobile Sociology”, *British Journal of Sociology*, 51(1), pp. 185-203 em Frank Webster (2005), *The Information Society Reader*, Londres, Routledge, pp. 190-203.
- Vicent, Vicente A. Querol (2011), “Una Década Desigual para los Mayores que Llegaron tarde al Ciberespacio”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, pp. 51-68.
- Warschauer, Mark (2003), *Technology and Social Inclusion: rethinking the digital divide*, Londres, The MIT Press.
- Webster, Frank (2006), *Theories of the Information Society*, Londres, Routledge.
- Witte, James C. e Susan E. Mannon (2010), *The Internet and Social Inequalities*, Nova Iorque, Routledge.
- World Bank, *World Development Indicators*, (online),
Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2> , consultado em 23.08.2015.

FONTES

Regulamento (CE) n.º 808/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de abril de 2004, relativo às estatísticas comunitárias sobre a sociedade da informação, Jornal Oficial da União Europeia L 143, 30.04.2004, p. 49-55, (online),

Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32004R0808&rid=1>, consultado em 09.08.2015.

ANEXOS

ANEXO A – QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS DO MODELO DE ANÁLISE DA INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Variáveis (e categorias de resposta)	
			IUTICF 2012	IEFA 2011
Inclusão na Sociedade da Informação (Variável dependente)	Utilização da internet (abordagem de fosso digital)		Contacto com a internet ([Uso_Internet]: 1-Utilizou internet alguma vez; 0-Nunca utilizou internet)	Contacto com a internet ([Uso_Internet]: 1-Utilizou internet alguma vez; 0-Nunca utilizou internet)
	Intensidade de utilização da internet (abordagem de integração digital)		Intensidade de utilização da internet ([Intensidade_Internet]:1-há mais de um ano; 2-no ano anterior; 3-menos de uma vez por mês nos últimos 3 meses; 4-pelo menos uma vez por mês; 5-pelo menos uma vez por semana; 6-todos ou quase todos os dias)	X
Posição Social do indivíduo (Variáveis independentes)	Características sociodemográficas	Género	Sexo ([Sexo_Masculino]:1–Masculino; 0–Feminino)	Sexo ([Sexo_Masculino]:1–Masculino; 0–Feminino)
		Geracional	Idade	Idade
		Inserção geográfica	Dimensão da localidade de residência ([Tipo_localidade_Inv]: 1-Áreas pouco povoadas; 2-Áreas medianamente povoadas; 3-Áreas densamente povoadas)	Dimensão da localidade de residência ([Tipo_localidade_Inv]: 1-Áreas pouco povoadas; 2-Áreas medianamente povoadas; 3-Áreas densamente povoadas)
		Tipologia da família atual	Ser Casado ([Casado]: 1–Casado; 0–Não casado)	Ser Casado ([Casado]:1–Casado; 0–Não casado)
			Dimensão do agregado familiar ([Dimensão]: varia de 1 a 13)	Dimensão do agregado familiar ([dimensão_agregado]: varia de 1 a 11)
			N.º de crianças até 15 anos ([Crianças]: varia de 0 a 6)	N.º de crianças até 15 anos ([Sum_crianças]: varia de 0 a 6)
			N.º de estudante com 16-24 anos ([N_membros_Estudar]: varia de 0 a 7)	X
N.º de indivíduos com mais de 64 anos ([N_Idosos]: varia de 0 a 5)	X			

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Variáveis (e categorias de resposta)	
			IUTICF 2012	IEFA 2011
Posição Social do indivíduo (Variáveis independentes)	Origem social		X	Índice de origem social ([Score.Origem]: variável construída com base na profissão e na escolaridade dos pais – varia de -0.85 a 4.49)
	Posição socioeconómica do indivíduo	Recursos socioeconómicos do indivíduo	Índice de recursos socioeconómicos do próprio ([Score.Dim1]: variável construída com base na condição perante o trabalho, na profissão e na escolaridade do próprio e no rendimento do agregado por adulto equivalente em quintis – varia de -1.30 a 2.85)	Índice de recursos socioeconómicos do próprio ([Score.Recursos]: variável construída com base na condição perante o trabalho, na profissão e na escolaridade do próprio e no rendimento do agregado por adulto equivalente (em quintis) - varia de -1.17 a 3.07)
		Recursos Tecnológicos (Acesso às TIC em casa)	N.º de tecnologias em casa ([TICEmCasa]: Contagem do n.º de respostas “sim” no acesso a tecnologias em casa - computador, internet e banda larga – varia de 0 a 3)	X
		Consumos culturais (Participação em atividades culturais como espectador)	X	Índice de participação em atividades culturais ([Count_ActCulturais]: Contagem n.º de respostas “sim” na participação em atividades culturais – varia de 0 a 6: V4000 (L1) - Assistir a espetáculos culturais ao vivo nos últimos 12 meses V4020 (L3) - Assistir a sessões de cinema nos últimos 12 meses V4040 (L5) - Visitar locais culturais nos últimos 12 meses V4060 (L7) - Assistir eventos desportivos ao vivo V4090 (L10) – Ler livros nos últimos 12 meses V4080_rec (L9) - Frequência de leitura de jornais ou revistas.

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Variáveis (e categorias de resposta)	
			IUTICF 2012	IEFA 2011
Participação em atividades de educação e formação (variável mediadora)	Frequência de atividades de educação Formal, Não-Formal e Informal nos últimos 12 meses		X	Participação em atividades de educação ou formação ([Count_ActEducação]: Contagem n.º de respostas “sim” na participação em 10 variáveis – varia de 0 a 10: <i>frequência educação formal; frequência de cursos no local de trabalho ou tempos livres; formação ou instrução acompanhada no posto de trabalho; frequência de aulas privadas ou particulares; frequência de workshops ou seminários no local de trabalho ou tempos livres; aprendizagem informal - familiares, amigos ou colegas; aprendizagem informal - livros, revistas especializadas (inclui bibliotecas); aprendizagem informal - computador com ou sem internet; aprendizagem informal - televisão, rádio ou vídeo; aprendizagem informal - visitas guiadas a museus ou locais históricos ou naturais</i>

ANEXO B – RESULTADOS DA ACM PARA A CONSTRUÇÃO DOS ÍNDICES DE RECURSOS SOCIOECONÓMICOS

B.1. ACM para os recursos socioeconómicos de origem (IEFA.2011)

Case Processing Summary

Valid Active Cases	12673,330
Active Cases with Missing Values	1415,235
Supplementary Cases	85
Total	14173,565
Cases Used in Analysis	14088,565
Cases Weighted by Ponderador a usar para a análise de dados da tese.	

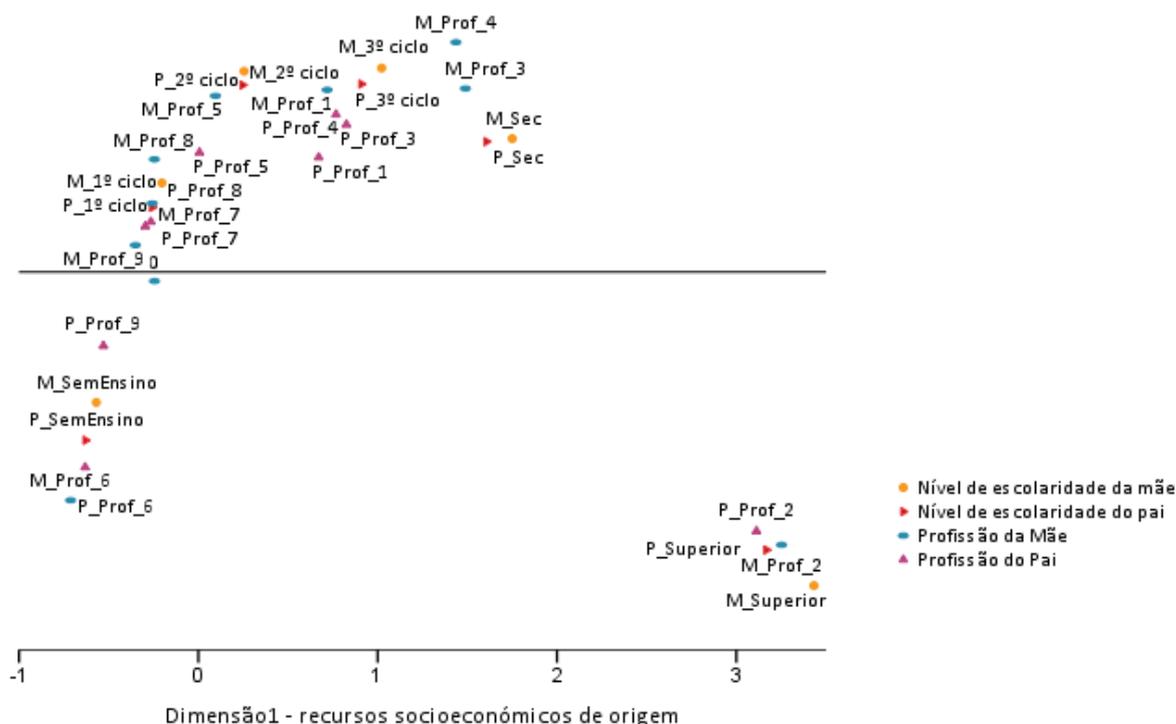
Model Summary

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,888	2,992	,748
2	,723	2,186	,546
Total		5,178	1,295
Mean	,818 ^a	2,589	,647

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Discrimination Measures

	Dimension	
	1	2
Profissão do Pai	,628	,474
Profissão da Mãe	,733	,507
Nível de escolaridade do pai recodificado	,776	,578
Nível de escolaridade da mãe recodificado	,855	,627
Active Total	2,992	2,186



B.2. ACM para os recursos socioeconómicos do próprio (IEFA.2011)

Case Processing Summary

Valid Active Cases	13661,438
Active Cases with Missing Values	527,562
Supplementary Cases	0
Total	14189,000
Cases Used in Analysis	14189,000

Cases Weighted by Ponderador a usar para a análise de dados da tese.

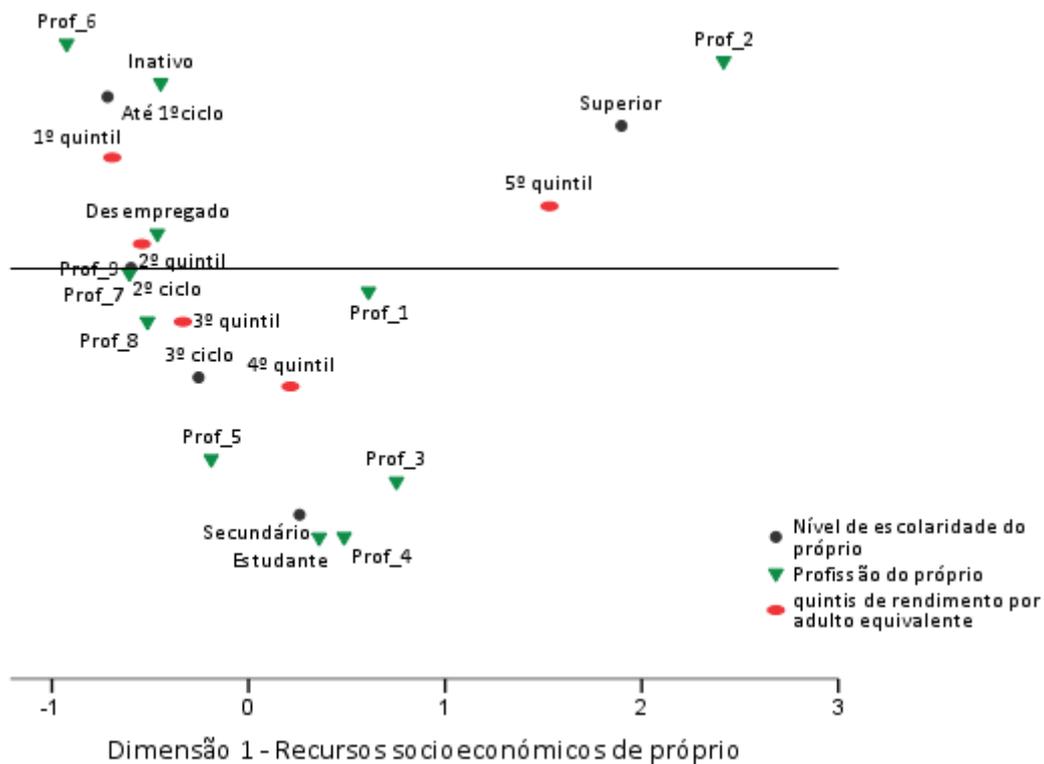
Model Summary

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,789	2,109	,703
2	,550	1,579	,526
Total		3,688	1,229
Mean	,687 ^a	1,844	,615

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Discrimination Measures

	Dimension	
	1	2
Profissão do próprio	,753	,710
Nível de escolaridade do próprio reduzido	,789	,690
quintis de rendimento por adulto equivalente	,567	,179
Active Total	2,109	1,579



B.3. ACM para os recursos socioeconómicos do próprio (IUTICF.2012)

Case Processing Summary	
Valid Active Cases	5319,044
Active Cases with Missing Values	466,956
Supplementary Cases	0
Total	5786,000
Cases Used in Analysis	5786,000

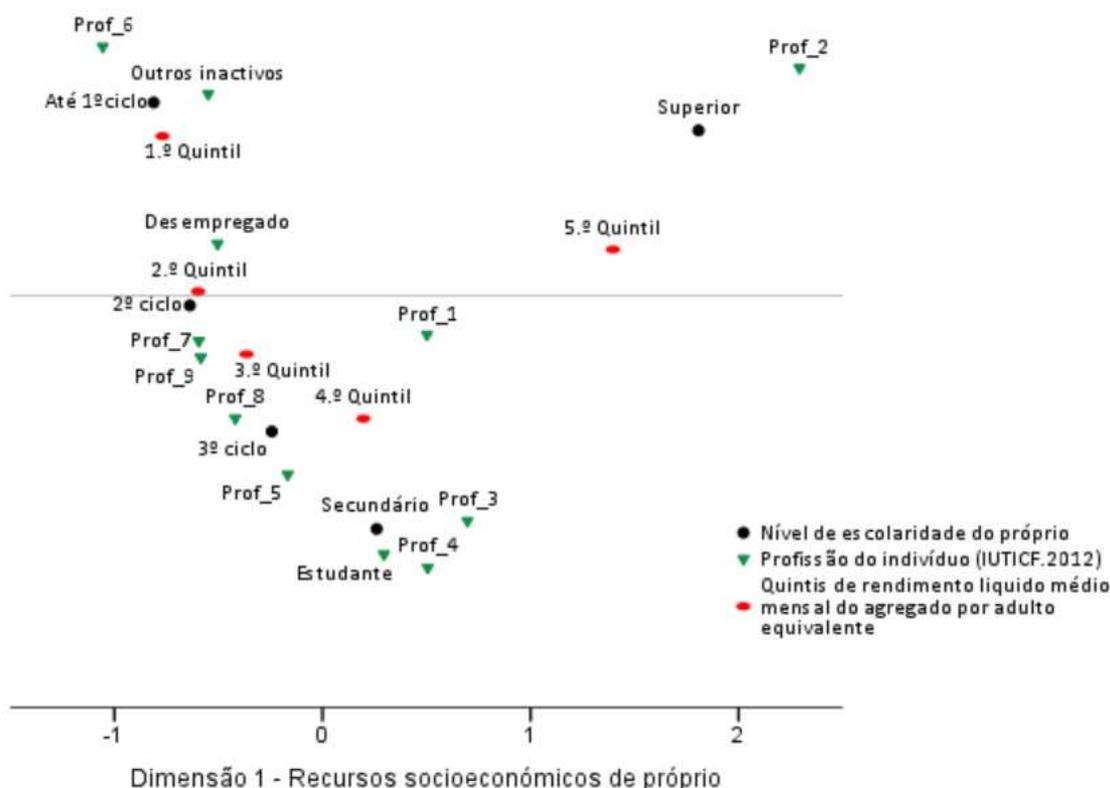
Cases Weighted by Novo ponderador.

Model Summary			
Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,804	2,155	,718
2	,583	1,636	,545
3	,364	1,321	,440
Total		5,112	1,704
Mean	,620 ^a	1,704	,568

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Discrimination Measures

	Dimension	
	1	2
Quintis de rendimento liquido médio mensal do agregado por Adulto Equivalente	,564	,200
Nível de escolaridade do próprio reduzido	,811	,703
Profissão do indivíduo (IUTICF.2012)	,780	,733
Active Total	2,155	1,636



ANEXO C – RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA APLICADO AO IUTICF

(identificação dos fatores que favorecem o contacto com a tecnologia)

C.1. Análise da multicolinearidade

Model		Coefficients ^a	
		Collinearity Statistics	
		Tolerance	VIF
1	Sexo Masculino	,987	1,013
	Idade	,491	2,035
	Casado	,731	1,367
	Tipologia de localidade	,919	1,088
	Dimensão do agregado	,363	2,758
	Nº crianças agregado < 16 anos	,499	2,002
	Nº indivíduos agregado com >= 65 anos	,717	1,394
	Nº indivíduos agregado com 16-24 anos a estudar	,744	1,345
	Recursos próprio	,752	1,330
	Nº tecnologias em casa (pc, net, banda larga)	,623	1,605

a. Dependent Variable: Ter utilizado a Internet

C.2. Regressão Logística

Case Processing Summary			
Unweighted Cases ^a		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	5786	100,0
	Missing Cases	0	,0
	Total	5786	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		5786	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

Dependent Variable Encoding	
Original Value	Internal Value
0	0
1	1

Block 0: Beginning Block

Classification Table ^{a,b}					
Observed			Predicted		
			Ter utilizado a Internet		Percentage Correct
			0	1	
Step 0	Ter utilizado a Internet	0	0	2263	,0
		1	0	3523	100,0
Overall Percentage					60,9

a. Constant is included in the model.

b. The cut value is ,500

		Variables in the Equation					
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0	Constant	,443	,027	269,950	1	,000	1,557

		Variables not in the Equation			
		Score	df	Sig.	
Step 0	Variables	Sexo_Masculino	14,906	1	,000
		Idade	1574,885	1	,000
		Casado	138,841	1	,000
		Tipo_localidade_Inv	201,988	1	,000
		Dimensão	220,190	1	,000
		N_Criancas	195,195	1	,000
		N_Idosos	300,057	1	,000
		N_Estudantes16_24	116,681	1	,000
		Recursos.Próprio	1613,450	1	,000
		TIC.Casa	2230,241	1	,000
Overall Statistics		3194,804	10	,000	

Block 1: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	4466,301	10	,000
	Block	4466,301	10	,000
	Model	4466,301	10	,000

Model Summary				Pseudo R-Square	
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square	Cox and Snell	
1	3278,201 ^a	,538	,729	,538	,729
				McFadden	,577

a. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

Classification Table ^a					
Observed		Predicted			
		Ter utilizado a Internet		Percentage Correct	
		0	1		
Step 1	Ter utilizado a Internet	0	1889	374	83,5
		1	364	3159	89,7
Overall Percentage					87,2

a. The cut value is ,500

		Variables in the Equation					
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	Sexo_Masculino	,432	,090	22,920	1	,000	1,540
	Idade	-,096	,005	381,579	1	,000	,908
	Casado	-,447	,103	18,775	1	,000	,639
	Tipo_localidade_Inv	,127	,055	5,433	1	,020	1,136
	Dimensão	-,241	,056	18,407	1	,000	,786
	N_Criancas	,143	,077	3,423	1	,064	1,154
	N_Idosos	,381	,082	21,577	1	,000	1,463
	N_Estudantes16_24	,139	,121	1,319	1	,251	1,149
	Recursos.Próprio	2,656	,116	528,358	1	,000	14,239
	TIC.Casa	,805	,037	477,478	1	,000	2,237
	Constant	5,083	,319	254,063	1	,000	161,228

a. Variable(s) entered on step 1: Sexo_Masculino, Idade, Casado, Tipo_localidade_Inv, Dimensão, N_Criancas, N_Idosos, N_Estudantes16_24, Recursos.Próprio, TIC.Casa.

C.3. Coeficientes de regressão

		Coefficients ^a		
Model		Correlations		
		Zero-order	Partial	Part
1	Sexo Masculino	,051	,067	,045
	Idade	-,522	-,321	-,227
	Casado	-,155	-,033	-,022
	Tipologia de localidade	,187	,058	,039
	Dimensão do agregado	,195	-,094	-,063
	Nº crianças agregado < 16 anos	,184	,062	,041
	Nº indivíduos agregado com >= 65 anos	-,228	,078	,053
	Nº indivíduos agregado com 16-24 anos a estudar	,142	,011	,008
	Recursos próprio	,528	,341	,243
	Nº tecnologias em casa (pc, net, banda larga)	,621	,421	,311

a. Dependent Variable: Ter utilizado a Internet

ANEXO D – RESULTADOS DO MODELO DE MEDIAÇÃO APLICADO AO IEFA

***** PROCESS Procedure for SPSS Release 2.13.2 *****

Written by Andrew F. Hayes, Ph.D. www.afhayes.com

Documentation available in Hayes (2013). www.guilford.com/p/hayes3

D.1. Testar efeito das variáveis independentes na mediadora

Nesta fase a mediadora tem o estatuto de variável dependente (VD).

Outcome: Educ N° respostas sim nas var ed formal, não formal e informal

Model Summary

R	R-sq	MSE	F	df1	df2	p
,6146	,3778	2,7103	956,4500	9,0000	14178,0000	,0000

Model

	coeff	se	t	p	LLCI	ULCI
constant	2,1809	,0954	22,8567	,0000	1,9938	2,3679
Male	-,1923	,0278	-6,9085	,0000	-,2469	-,1377
Age	-,0282	,0013	-21,4781	,0000	-,0308	-,0257
*Casado	-,0496	,0338	-1,4658	,1427	-,1159	,0167
Local	,1083	,0178	6,0893	,0000	,0734	,1432
*Nagreg	,0178	,0142	1,2584	,2083	-,0100	,0456
*Crianc	-,0006	,0233	-,0272	,9783	-,0463	,0450
Origem	,0621	,0181	3,4371	,0006	,0267	,0976
Recursos	,4912	,0182	26,9827	,0000	,4555	,5268
ActCul	,4244	,0105	40,4326	,0000	,4038	,4450

** As 3 variáveis independentes (VI) assinaladas não têm efeito na mediadora, logo não irão ser contempladas na análise dos efeitos indiretos.*

D.2. Testar o efeito direto das variáveis independentes na variável dependente e da variável mediadora na variável dependente - Logística com a mediadora

A mediadora participação em ações de educação ou formação tem efeito significativo na variável dependente (variável *Educ* assinalada abaixo), e à exceção das 3 variáveis independentes assinaladas (*), as restantes têm efeito significativo na variável dependente.

Outcome: VD - Usar a Internet

Logistic Regression Summary

-2LL	Model LL	McFadden	CoxSnell	Nagelkrk	n
8171,2622	10998,0897	,5737	,5394	,7279	14188,0000

Model

	coeff	se	Z	p	LLCI	ULCI
constant	4,0853	,2055	19,8819	,0000	3,6826	4,4881
Educ	,4547	,0198	22,9267	,0000	,4158	,4936
Male	,4180	,0566	7,3796	,0000	,3070	,5290
Age	-,0969	,0031	-31,4909	,0000	-,1029	-,0908
*Casado	-,1223	,0667	-1,8336	,0667	-,2531	,0084
Local	,0772	,0362	2,1323	,0330	,0062	,1481
*Nagreg	-,0389	,0287	-1,3578	,1745	-,0951	,0173
*Crianc	,0911	,0476	1,9161	,0554	-,0021	,1843
Origem	,6224	,0731	8,5129	,0000	,4791	,7657
Recursos	2,3114	,0746	30,9910	,0000	2,1652	2,4576
ActCul	,4035	,0228	17,7116	,0000	,3589	,4482

D.3. Testar o efeito total (regressão logística sem mediadora)

***** TOTAL EFFECT MODEL *****

Outcome: VD - Usar a Internet

Logistic Regression Summary

-2LL	Model LL	McFadden	CoxSnell	Nagelkrk	n
8759,5179	10409,8341	,5430	,5199	,7015	14188,0000

Model

	coeff	se	Z	p	LLCI	ULCI
constant	4,6574	,1976	23,5717	,0000	4,2702	5,0447
Male	,2806	,0541	5,1871	,0000	,1746	,3866
Age	-,1002	,0030	-33,8583	,0000	-,1060	-,0944
*Casado	-,1073	,0641	-1,6740	,0941	-,2328	,0183
Local	,1221	,0348	3,5143	,0004	,0540	,1903
*Nagreg	-,0355	,0276	-1,2886	,1975	-,0896	,0185
*Crianc	,1198	,0456	2,6245	,0087	,0303	,2093
Origem	,6662	,0733	9,0916	,0000	,5226	,8098
Recursos	2,4180	,0724	33,3884	,0000	2,2761	2,5600
ActCul	,5392	,0215	25,0599	,0000	,4971	,5814

* As 3 variáveis independente assinaladas que não têm efeito na variável dependente.

D.4. Resultados dos testes aos efeitos – total, direto e indireto - de cada VI na VD

As 3 variáveis independentes acima referenciadas como não tendo efeitos significativos não foram consideradas neste teste.

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS *****

VI - sexo masculino

Total effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,2806	,0541	5,1871	,0000	,1746	,3866

Direct effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,4180	,0566	7,3796	,0000	,3070	,5290

Indirect effect of X on Y

	Effect	Boot SE	BootLLCI	BootULCI
Educ	-,0874	,0133	-,1159	-,0647

Normal theory tests for indirect effect

Effect	se	Z	p
-,0874	,0132	-6,6090	,0000

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS *****

VI - Idade

Total effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
-,1002	,0030	-33,8583	,0000	-,1060	-,0944

Direct effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
-,0969	,0031	-31,4909	,0000	-,1029	-,0908

Indirect effect of X on Y

	Effect	Boot SE	BootLLCI	BootULCI
Educ	-,0128	,0008	-,0145	-,0113

Normal theory tests for indirect effect

Effect	se	Z	p
-,0128	,0008	-15,6665	,0000

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS *****

VI - Tipologia de localidade

Total effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,1221	,0348	3,5143	,0004	,0540	,1903

Direct effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,0772	,0362	2,1323	,0330	,0062	,1481

Indirect effect of X on Y

	Effect	Boot SE	BootLLCI	BootULCI
Educ	,0492	,0087	,0327	,0674

Normal theory tests for indirect effect

Effect	se	Z	p
,0492	,0084	5,8801	,0000

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS *****

VI - Índice origem social

Total effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,6662	,0733	9,0916	,0000	,5226	,8098

Direct effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,6224	,0731	8,5129	,0000	,4791	,7657

Indirect effect of X on Y

	Effect	Boot SE	BootLLCI	BootULCI
Educ	,0282	,0101	,0098	,0500

Normal theory tests for indirect effect

Effect	se	Z	p
,0282	,0083	3,3960	,0007

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS *****

VI - Índice recursos próprio

Total effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
2,4180	,0724	33,3884	,0000	2,2761	2,5600

Direct effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
2,3114	,0746	30,9910	,0000	2,1652	2,4576

Indirect effect of X on Y

	Effect	Boot SE	BootLLCI	BootULCI
Educ	,2233	,0133	,1972	,2492

Normal theory tests for indirect effect

Effect	se	Z	p
,2233	,0128	17,4645	,0000

***** TOTAL, DIRECT, AND INDIRECT EFFECTS *****

VI - Índice de participação em atividades culturais

Total effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,5392	,0215	25,0599	,0000	,4971	,5814

Direct effect of X on Y

Effect	SE	Z	p	LLCI	ULCI
,4035	,0228	17,7116	,0000	,3589	,4482

Indirect effect of X on Y

	Effect	Boot SE	BootLLCI	BootULCI
Educ	,1930	,0094	,1755	,2128

Normal theory tests for indirect effect

Effect	se	Z	p
,1930	,0097	19,9390	,0000

INFORMAÇÃO PESSOAL

Carla Afonso

 Moita (Portugal)

 Carla_Cristina_Afonso@iscte.pt

Sexo Feminino | Data de nascimento 1979 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

04/2014–Presente

Membro do projeto IDEF 2015 (Inquérito às Despesas das Famílias)

Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (Portugal)

- Participação em equipas multidisciplinares com vista à definição do questionário e da metodologia associada, que envolveu a atualização da Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP)
- Responsável pela formação da equipa de recolha
- Elaboração e execução do plano para a validação da informação recolhida e dos indicadores a divulgar

01/2007–Presente

Responsável técnica do projeto IUTICF (Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias)

Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (Portugal)

- Desenho de questionários por entrevista assistida por computador e preparação da metodologia de recolha
- Responsável pela formação da equipa de recolha
- Validação, análise, tratamento e apuramento de informação resultante do inquérito - Elaboração de relatórios estatísticos - Representação em reuniões internacionais na área das estatísticas da Sociedade da Informação

12/2003–12/2006

Membro do projeto IUTICE (Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas)

Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (Portugal)

- Desenho de questionários para recolha por autopreenchimento e preparação da expedição- Validação e confirmação da informação fornecida junto os respondentes- Apuramento de informação estatística

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

24/11/2014–25/11/2014

Desenho e Teste de Questionários

Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (Portugal)

Principais competências:

Estruturação, linguagem e teste de questionários

28/11/2011–30/11/2011

Escrever para a Comunicação Social

Instituto Nacional de Estatística, Lisboa (Portugal)

Principais competências:

Simplificação da linguagem técnica usada em relatórios estatísticos sem perder rigor

10/1997–12/2002

Licenciatura em Sociologia, com média final de 14 valores

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa (Portugal)

Tese de licenciatura:

"Representações e Expectativas dos Trabalhadores face à Formação Profissional - Um estudo de

caso aos trabalhadores da EPAL"

Estágio curricular na empresa Águas de Portugal - Formação e Valorização Profissional S.A., que funcionou como apoio à tese de licenciatura

Principais disciplinas:

Análise de Dados, Métodos e Técnicas de investigação Sociológica, Sociologia das Classes e da Estratificação Social, Sociologia da Educação, Sociedade de Informação, Economia e Gestão de Recursos Humanos.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	B2	C1	B2	B2	B2
francês	B1	B2	A2	A2	A2

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
 Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação Espírito de equipa, cooperação e partilha de conhecimentos com colegas e em grupos de trabalho
 Boa capacidade comunicativa adquirida na condução de sessões formativas para a aplicação de questionários

Competências de organização Capacidade de organização e gestão do tempo, em virtude do envolvimento em diferentes projetos profissionais e escolares
 Boa capacidade de relacionamento inter-institucional

Competências relacionadas com o trabalho Experiência na construção de questionários por entrevista e auto-preenchidos
 Bom domínio do MS ACCESS e SPSS para tratamento e análise de dados e apuramento de resultados

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
Utilizador avançado	Utilizador independente	Utilizador independente	Utilizador básico	Utilizador básico

Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

Carta Europeia de Condução em Informática

- Bom domínio das ferramentas do MS Office (processador de texto, apresentações eletrónicas, folha de cálculo, bases de dados)
- Bom domínio do software SPSS (tratamento e análise de dados estatísticos)